

DHEPI – Pós-Graduações
(2009-2011)

Curso de Doutoramento em História

Autor: Carla Maria Sequeira Ferreira

Título: *O Alto Douro entre o livre-cambismo e o proteccionismo: a «questão duriense» na economia nacional*

Palavras-chave: Região demarcada do Douro; Modalidades de intervenção do Estado; Debate proteccionismo – livre-cambismo.

Resumo:

O tema fundamental da dissertação consistiu na região demarcada do Douro entre a Regeneração e os inícios do Estado Novo (1852-1932). Partindo dos estudos realizados por historiadores da economia (Jaime Reis, Miriam Halpern Pereira, Pedro Lains, Justino David, Manuel Villaverde Cabral), procurou-se compreender as condições e os mecanismos de transição do modelo proteccionista de intervenção do Estado para o regime liberal, bem como o regresso a modalidades de regulação do sector vinícola, procurando determinar até que ponto o Estado adoptou uma política livre-cambista para o sector vitivinícola duriense.

Pretendeu-se caracterizar a evolução económica, social e institucional da região duriense no período considerado, os interesses em presença e o grau de conflitualidade com as outras regiões vitícolas portuguesas e outros agentes económicos suscitado pela questão vinhateira.

Centrando a atenção nas consequências da legislação liberal e nas reivindicações regionais de intervenção do Estado, que se desenvolveram a partir do terceiro quartel do século XIX e se mantiveram durante várias décadas, num período de crise agrícola e comercial e suscitando uma continuada agitação política e social, procurou-se compreender as diversas estratégias de afirmação da produção regional face ao sector comercial, na busca de soluções para a «questão duriense» (associativismo vitícola e comercial, defesa da «marca regional», reivindicação de propostas legislativas).

Debruçando-nos sobre os debates entre livre-cambistas e proteccionistas em torno da questão vinhateira, que percorreram a sociedade duriense e nacional, desde os Governos aos grupos políticos representados no Parlamento e aos grupos de interesses económicos, procurámos perceber os jogos de forças políticas e económicas em presença, tentando aferir o grau de influência das redes de clientelas regionais nas decisões tomadas pelo poder central, para a imposição tanto do modelo liberal como de novas formas de regulação.

Para alcançar os objectivos propostos, socorremo-nos do cruzamento de várias fontes de informação, públicas e privadas – com particular destaque para os Diários Parlamentares, a imprensa regional e arquivos de família –, que se revelaram fundamentais para o estudo das elites regionais e a caracterização dos grupos de interesse em confronto, das dicotomias entre as diversas regiões vitícolas, dos diferendos entre o Douro e o sector da exportação, bem como para a apreensão das estratégias de afirmação das elites regionais e das relações estabelecidas com os órgãos do poder.

A investigação realizada permitiu concluir que entre 1852 e 1932 a região duriense movimentou-se no sentido da defesa de um sistema de regulação proteccionista, tendo-se confrontado com o conflito de interesses relativamente ao sector comercial e às outras regiões vitícolas nacionais, de maior influência sobre os poderes instituídos. Por outro lado, teve ainda de se sujeitar às conjunturas políticas, à inclinação doutrinária e económica dos diferentes governos.

O Estado pautou a sua acção pela tentativa de concertação entre diferentes interesses, hesitando quanto à adopção de um sistema livre-cambista ou proteccionista para o sector do vinho do Porto face ao intenso debate inter-regional e sectorial e às pressões de que era alvo por parte dos diversos sectores. Hesitando entre modelos de regulação, o Estado colocou-se numa posição de «árbitro» de conflitos, intervindo à medida dos seus próprios interesses, mesmo que parecendo reflectir os interesses de um ou outro «grupo de pressão».

Num quadro de liberalização e de crise, o Douro utilizou como estratégia a adopção de soluções de carácter associativo que se viriam a revelar de grande importância como órgãos de defesa dos interesses durienses, em articulação com outras formas de representação regional. Através destas associações, as elites durienses criaram uma malha de relações favorável à reconstrução do Douro e à pressão regional, conseguindo constituir-se em «grupo de pressão», embora minoritário face aos restantes *lobbies* que cercavam o Governo, estando sujeito às suas conveniências políticas, como o demonstrou a legislação de João Franco.

A Região Duriense foi capaz de influenciar a acção governamental mas apenas na medida em que as propostas regionais iam ao encontro dos interesses do próprio Estado, de diversificação e reconversão do sector, de que foi exemplo a criação da Real Companhia Vinícola do Norte de Portugal.

Orientadores: Prof. Doutor Jorge Fernandes Alves; Prof. Doutor Gaspar Manuel Martins Pereira.

Provas Públicas: 19 de Outubro de 2010.

Autor: Fernando José Monteiro da Costa

Título: *DA CAPO AL CODA. Manualística de Educação Musical em Portugal (1967-2004): configurações, funções, organização*

Palavras-chave: Manual escolar, Legitimidade do outro, Organização curricular, Perfil do manual.

Resumo:

A dissertação teve como ponto central a análise de manuais escolares de Educação Musical, com a tese, *DA CAPO AL CODA. Manualística da Educação Musical em Portugal (1967-2004): configurações, funções, organização*. O objectivo primordial deste estudo foi poder comparar-se o ensino da Educação Musical e o modo como ele se organizava à volta dos manuais escolares produzidos entre 1967, ano de criação do Ciclo Preparatório do Ensino Secundário (CPES) e o ano de 2004, último para a adopção de manuais de Educação Musical, a partir de um quadro teórico construído na base de algumas concepções curriculares, do conceito de escola e de desenvolvimento global da personalidade. Para além disso, foi, também, oportuna, uma abordagem da importância da obrigatoriedade da disciplina de Educação Musical no 2º ciclo de escolaridade, tanto como peça determinante para o exercício da articulação disciplinar, como para a promoção da cidadania, num mundo crescente de relações multiculturais.

Uma das perguntas de partida centrou-se no questionamento da importância, hoje em dia, dos manuais escolares e como podem eles contribuir para a promoção da valorização de cada aluno, havendo a percepção de que os manuais escolares constituem um dos dispositivos de aprendizagem mais vulgarizados e utilizados pelos professores e pela escola em geral, como fonte valiosa e acessível, mas frequentemente utilizados com carácter instrumental que, coexistindo num complexo contexto político-social, passaram a ser considerados uma espécie de produto essencial e definitivo. Assim, a linha de investigação seguida, tendo em atenção que uma definição excessiva de indicadores, poderia funcionar como obstáculo à análise documental, levou em linha de conta duas vertentes, a saber: uma de natureza instrumental, histórico-documental, elencando-se um conjunto de objectos que pudessem, de alguma forma, caracterizar as épocas do CPES e a Lei de Bases do Sistema Educativo (LBSE); uma outra, de essência histórico-educativa ligada a características político-pedagógicas, editoriais, relações entre manuais e currículo prescrito e perspectivas autorais e suas condicionantes que, de maneira implícita ou explícita influenciaram a produção manualística.

Para a selecção dos manuais estudados, utilizámos critérios que conferissem e representassem o período do CPES e da LBSE, pela diversidade editorial, destinados ao 5º ano de escolaridade, já que, os de 6º ano seguiriam a mesma organização e os mesmos pressupostos editoriais. A metodologia adoptada no trabalho investigativo orientou-se por uma linha de investigação de natureza qualitativa, não se procedendo a actos de comparação, mas sim, realçando o que cada manual poderia fornecer em

termos das suas propostas pedagógicas e didácticas específicas, na linhagem da aprendizagem significativa. Partimos de uma análise documental, mais condensada, suportada por um corpus de 32 manuais escolares, de entre um total de 75 manuais, para se proceder ao exame do seu conteúdo, principalmente, nos modos da sua organização e de como eles transmitiam as matérias programáticas.

Do ponto de vista estratégico, este trabalho permitiu confrontar os documentos e organizá-los segundo alguns dos aspectos estruturais – facilitadores técnicos e pedagógicos, aspectos comunicacionais e aspectos contéudais – e compreender como se configura e se aborda o ensino da Educação Musical através dos manuais escolares, quer em termos do discurso organizativo dos seus autores e, depois, ao nível das práticas por eles sugeridas de organização, de integração de conhecimentos e de promoção de valores multiculturais, portanto, conhecer como os contextos de natureza histórica, social, política e cultural eram construídos e articulados. E os resultados do estudo não foram conducentes à consideração do manual escolar como um produto de elevada performance na direcção da produção de conhecimento e à sua apropriação. Antes pelo contrário, verificou-se que ele é responsável pela presença frágil da criatividade, de uma certa incapacidade de contextualização e da carência de adequação das actividades a um princípio de igualdade, na diversidade, relevando-se, mais, a sua materialidade como objecto.

A partir da análise efectuada, pode concluir-se que alguns manuais escolares não se afastam do conceito de canto coral e de uma metodologia que ensina os alunos a cantar e a tocar, antes, prolongam, mesmo que subtilmente, um conceito imediatista e higiénico, tão característico do canto orfeónico. Reflecte-se como um quase exclusivo didáctico, funcionando, mesmo, sem a presença do professor, transformando-se num novo livro único da educação moderna, como produto hegemónico, em termos pedagógicos e económicos. Várias considerações puderam ser equacionadas após esta análise sobre 32 manuais escolares, da disciplina de Educação Musical, donde se fixam as seguintes:

1. De um modo geral, os manuais escolares desenvolvem um tipo de conteúdos procedimentais, limitam-se a solicitar a resolução de problemas, sem os considerarem numa base de envolvimento do aluno para a resolução do problema ou para a aquisição de determinadas atitudes;
2. Também se confere que os conteúdos têm um carácter disciplinar, isolando os conhecimentos técnicos e científicos, pelo que, não desenvolvem um carácter integrador, relacionando conceitos;
3. Geralmente, os manuais desenvolvem um princípio de abordagem por antecipação de matéria, podendo dificultar a compreensão de muitos dos conteúdos;
4. Muitos deles fazem apelo à memorização dos conhecimentos adquiridos, através da prática de exercícios. Raramente optam pela valorização da realização do trabalho de projecto, pelo que algumas tarefas de exploração e investigação ficam debilitadas. O apelo à memória aparecem como uma memotecnia (memória instrumental) e não como um processo conducente ao trabalho e à criação, numa relação entre tempo, história e memória;
5. Dos manuais analisados só um apresenta grelha de sugestões ou/e reclamações e 100% não se estruturam à volta de qualquer índice remissivo e muito poucos têm o cuidado de integrar um glossário, devidamente, organizado, não recebendo a preferência dos autores como ferramenta de aprendizagem;
6. Quanto às bolsas bibliográficas e discográficas só, praticamente, a partir do ano de 2000 se nota que existem preocupações de as incluírem como instrumentos facilitadores da aquisição de conhecimentos, podendo este aspecto, ser reflexo da importância e poder que a tecnologia vinha a ganhar;
7. O tipo de linguagem usada, por vezes muito técnica e complicada, discursiva e excessiva, não tende a promover a reflexão do professor sobre as suas práticas (manuais até 1986), colocando o professor e o aluno como meros espectadores ou reprodutores de instruções, comprometendo-se a mediação didáctica;
8. É a partir de 1996 que uma nova vaga de manuais escolares começa a surgir com preocupações mais estéticas, onde a aplicação de fotos, ilustrações apelativas, separadores alargados muito visuais, bandas desenhadas, ganham consistência e lugar de destaque na organização global do manual, facilitando a sua leitura visual e contextual. São 16 manuais em que aquela metodo-

- logia passa a clarificar e a facilitar a leitura global, em que imprime um diferente processo de comunicação, estabelecendo, de quando em vez, uma articulação com o texto, embora apareçam algumas ilustrações que não acrescentam informação ao texto;
9. Também, a partir do ano de 1999, dá-se início a uma estratégia de edição de um manual conjunto para o 5º e 6º anos de escolaridade;
 10. A metodologia de avaliação só a partir do ano 2000 se consolida como ferramenta de aprendizagem e como contributo para a estimulação do aluno para realizar e testar aprendizagens, bem como, possibilitar que o próprio professor adquira um instrumento de real validação das aprendizagens. No entanto, a avaliação de natureza criativa, ainda, não se opera, antes pelo contrário, fica-se pela utilização de fichas formativas, de pequenos testes, inquéritos e outros dispositivos fechados;
 11. Curiosamente, muitos dos autores não privilegiam a abertura de um manual com um texto de introdução a professores e alunos, como processo de comunicação e de apresentação do manual. Só 14 manuais o fazem;
 12. Existe uma evidência, pela análise realizada, que embora pareça haver uma compreensão, por parte dos autores, da base conceptual dos programas, se verifica numa dificuldade em transpor para objectos de ensino, os assuntos programáticos, por estratégias adequadas, de grande legibilidade e motivadoras para as aprendizagens dos alunos;
 13. Verifica-se que a autoria de manuais escolares, na maior parte dos casos, é de natureza colectiva de dois ou três autores. Só 7 manuais são organizados por um só autor;
 14. Os manuais escolares apresentam-se em diferentes tamanhos e formatos, o que dá a entender as várias opções gráficas, técnicas, estratégicas e de marketing de cada editora;

Consolida-se a ideia de que o processo de ensino e aprendizagem não pode subsistir sem a utilização de dispositivos de interpretação, quer eles se assumam em forma de tecnologias avançadas, quer eles se fiquem pela forma de manual didáctico. Os manuais escolares têm um peso significativo na aprendizagem dos alunos e na forma como a adquirem, considerada a legitimidade do aluno como ponto de partida para a sua envolvimento e participação. Não se deseja que o manual escolar se assuma como um armazém de conteúdos ou por uma sequência de discursos pedagógicos, contribuindo para um sistema que se programa para além dos interesses dos destinatários de primeiro nível (os alunos), em que tudo está pré-determinado, as disciplinas, os horários, os critérios de sucesso e insucesso, o que devem ler, fazer ou contar. Os manuais escolares são como saberes em viagem, são portos de chegada e de partida, são barcos de papel que devem aportar os alunos a locais seguros, onde o conhecimento seja a âncora que, quando levantada, os impelirá para mares mais profundos da sua aprendizagem, contrariando a ideia de que os manuais escolares devem ser, apenas, um ritual inócuo, cansativo e literal.

Orientador: Prof. Doutor Luís Antunes Correia Grosso.
Provas Públicas: 28 de Janeiro de 2011.

Autor: **Maria Adelina Azevedo Piloto**

Título: *O Concelho de Vila do Conde e o Brasil — Emigração e Retorno (1865-1913)*

Palavras-chave: Emigração, Imigração, Vila do Conde, Brasil, Séculos XIX-XX.

Resumo:

A dissertação de doutoramento subordinada ao tema *O Concelho de Vila do Conde e o Brasil — Emigração e Retorno (1865-1913)* teve como objecto de trabalho principal a análise qualitativa e quantitativa da corrente emigratória legal que fluiu do concelho de Vila do Conde em direcção ao Brasil entre 1865 e 1913, bem como a análise do retorno dos brasileiros vilacondenses.

Como temáticas complementares à emigração e retorno procedeu-se à análise da contextualização histórica e evolução legislativa; à caracterização espacial, sócio-económica e cultural do concelho, assim como à clarificação do relacionamento entre o recrutamento militar e a emigração.

No que concerne ao quadro teórico-metodológico, articulando a problemática teórica das migrações em geral com a historiografia sobre emigração e retorno, levantaram-se algumas questões prévias que nortearam a investigação. Em que termos se contextualiza o movimento migratório do concelho de Vila do Conde no panorama nacional? Como se articula o fenómeno migratório com as condições económicas, sociais e culturais do concelho, no período em análise? Como se caracteriza o fluxo migratório em termos quantitativos e qualitativos? Qual a tendência cíclica, o seu enquadramento conjuntural? Qual o perfil do emigrante e a sua evolução no tempo? Quais as conexões entre a problemática do recrutamento militar e o êxodo para o Brasil? Quais as afinidades dos indivíduos envolvidos na trama migratória de um e do outro lado do Atlântico? Como se processou o retorno, em termos qualitativos e quantitativos? Qual a participação dos brasileiros de torna-viagem no desenvolvimento global do concelho? Quem foram os brasileiros vilacondenses que mais se distinguiram?

Apostou-se numa investigação histórica localizada, que permitisse a micro-análise; recorreu-se de forma sistemática e contínua às ferramentas informáticas (Word, Excel e Internet, etc.) para recolha de informação e tratamento dos dados arquivísticos, hemerográficos, bibliográficos e outros; implementaram-se métodos dedutivos, indutivos e hipotético-dedutivos, directos e indirectos, análise transversal e longitudinal, e lidou-se com a diversidade de fontes cruzando-as continuamente, num diálogo formulado pelas hipóteses e pelas problematizações.

Com o objectivo de se encontrar respostas para as problematizações formuladas, procedeu-se à prospecção, inventariação, selecção e registo informatizado dos materiais do arquivo municipal de Vila do Conde susceptíveis de fornecerem diversos enquadramentos sobre a emigração e retorno dos vilacondenses em relação ao Brasil.

A pesquisa no arquivo municipal foi complementada com a realizada no Arquivo Distrital do Porto e em arquivos particulares. Na Biblioteca Municipal de Vila do Conde procedeu-se à consulta de fontes impressas, legislativas e de carácter hemerográfico. No arquivo municipal de Vila do Conde foi compulsada a seguinte documentação: Registo de termos de responsabilidade e fiança, livros 3115-3141- A (1865-1913); Registo dos mancebos que deixaram de ser recenseados para o serviço militar por terem falecido ou mudado de residência, livros 2397-2401 (1852-1885); Registo de reclamações ao recrutamento militar, livros 2402-2405 (1888-1901); Processos de reclamação ao recrutamento militar, pastas 2406-2414 (1834 a 1902); Registo de bilhetes de residência concedidos a súbditos estrangeiros, livro 2812 (1856-1910); Declarações de nacionalidade, pasta 2815 (1869-1938); Registo de privilégios e nomeação para cargos municipais, livros 148-150 (1843-1947); Registo de traslados de testamentos, livros 3194-3278 (1863-1919).

Já no Arquivo Distrital do Porto foram seleccionados outros fundos documentais como o Registo de passaportes de emigrantes, livros 3242 a 3247 (1834-1838); 3298 (1869-70); 3338-3340 (1891-1892); 3407-3413 (1913-1914); 3442 (1923). Registo de baptismos, freguesia de Santa Maria de Vilar (Vila do Conde) livro 168 (1901).

Para além dos fundos documentais já mencionados, o recurso a outras fontes subsidiárias (correspondência expedida e recebida, requerimentos, relatórios e petições, copiadores, registo geral e actas de vereação da Câmara Municipal, entre outras) foi constante em todo o processo de investigação, permitindo preencher lacunas, cruzar informações e enriquecer a trama historiográfica.

No que concerne à emigração, os principais resultados obtidos traduzem o incremento do fluxo ao longo do período em análise, embora sujeito a oscilações, e evidenciam a elevada taxa de masculinidade. A tendência evolutiva do êxodo mostra a sobreposição de modelos em termos etários, de estado civil e socioprofissionais, ao predomínio inicial de jovens solteiros menores de catorze anos, junta-se nas últimas décadas de Oitocentos o adulto já casado. Com o contingente maioritário de marítimos também partiram oficiais e pilotos da marinha mercante e, juntamente com os jornaleiros, ausentaram-se os filhos das casas de lavoura concelhias e gente dos ofícios. No tocante aos espaços expulsivos/attractivos,

a imagem que ressalta é a da participação das trinta freguesias do concelho no movimento emigratório, e variados destinos brasileiros exerceram sedução sobre os emigrantes vilacondenses, sobrelevando-se, no entanto, o Rio de Janeiro e Pernambuco. Detectou-se, ainda, a existência de laços de parentesco e de solidariedade a apoiarem o projecto emigratório na origem e no país de acolhimento, nomeadamente, através da prestação da abonação/fiança, recomendação e pagamento da viagem transatlântica.

No que diz respeito ao retorno, mediante a utilização das variáveis fornecidas pelos Bilhetes de Residência e pelas Declarações de Nacionalidade procedeu-se à reconstituição estatística e análise qualitativa do refluxo. Verificou-se a concentração dos brasileiros na sede do concelho e que ao contrário do fluxo em direcção ao Brasil, em que todas as freguesias do concelho participaram, muitas ficaram excluídas no retorno. Deu-se ênfase à reemigração, um número significativo de vilacondenses andava num constante cruzar do Atlântico, ao sabor das crises locais e dos projectos individuais, sendo saudados à partida pelos redactores da imprensa local, que igualmente lhes auspiciava boa viagem de regresso. Constatou-se a elevada taxa de masculinidade dos requerentes e beneficiários da residência e da nacionalidade, e que gozavam de um estatuto socioeconómico e cultural acima da média o que implicitamente atestava o sucesso do projecto emigratório. Testemunhou-se a intensa atracção pela nacionalidade brasileira para ficarem isentos do serviço militar e para usufruírem de outras prerrogativas tanto em Portugal como no Brasil. Assinalou-se o papel dinâmico do brasileiro no progresso local, desde a casa de lavoura, ampliada e rejuvenescida, ao investimento na antiquíssima arte de construção naval. Por último, elaboraram-se os esboços biográficos de alguns brasileiros vilacondenses que alcançaram fortuna no Brasil e atingiram notoriedade, sobretudo pelos actos de filantropia praticados em prol da comunidade de origem.

No que concerne às temáticas complementares elencadas, relativamente à contextualização histórica e evolução legislativa, concluiu-se que as leituras historiográficas sobre o fenómeno emigratório são múltiplas, ora vincando os números que alcançou e as mudanças qualitativas que sofreu, ora enfatizando as causas e consequências que suscitou, as estratégias familiares desenvolvidas, os processos de integração e de construção de novas identidades. Comprovou-se também, que o Estado se empenhou progressivamente na recolha de dados estatísticos e no controlo administrativo das entradas e saídas de nacionais e estrangeiros, sobressaindo, no entanto, o desencontro entre as políticas emigratórias e imigratórias de Portugal e do Brasil. Quanto à sinopse histórica do concelho, no período em análise o município passou por importantes transformações que ampliaram os seus horizontes territoriais e imprimiram maior dinamismo às suas estruturas económicas, sociais e políticas. Mas, em simultâneo, viu-se confrontado com dificuldades conjunturais acrescidas: na agricultura, devido à crise na exportação de gado para Inglaterra, na pesca, em razão da introdução de barcos a vapor e novos processos empresariais, e na construção naval, por causa do progressivo assoreamento do Rio Ave. Por conseguinte, a falta de trabalho, os salários exíguos e o alto custo de vida estão no cerne do continuado fluxo, sem esquecer, contudo, o papel desempenhado pela rede de parentes e de conterrâneos no apoio ao projecto emigratório. No que diz respeito ao serviço militar e a emigração para o Brasil, apurou-se que um número significativo de emigrantes naturais das trinta freguesias concelhias, e de baixo nível socioeconómico, emigrou antes de ter atingido a idade de ser recenseado para o exército. Perceptível também a prática da emigração engajada e familiar e o corte de relacionamento dos emigrantes com os familiares que permaneceram na pátria.

Orientadora: Prof^ª. Doutora Maria da Conceição Coelho de Meireles Pereira.
Provas Públicas: 16 de Fevereiro de 2011.

Autor: **Rui Manuel Pinto Costa**

Título: *Luta contra o cancro e oncologia em Portugal. Estruturação e normalização de uma área científica (1839 – 1974)*

Palavras-chave: Cancro, Oncologia, Ciência, Saúde, Instituto Português de Oncologia.

Resumo:

Temática, objectivos, fontes e metodologia: Esta tese dirigiu um enfoque histórico sobre a emergência da oncologia portuguesa enquanto novo domínio científico, em paridade com as políticas de saúde pública que lhe estavam associadas, a institucionalização da luta contra o cancro e as conexões entretanto desenvolvidas entre os meios científicos e o meio social. Abordou-se ainda o papel e motivações daqueles que estruturaram a luta anti-cancerosa, bem como o modelo de organizativo que perfilharam, colocando em evidência as singularidades do caso português.

Centrada no período compreendido entre 1839 e 1974, a pesquisa debruçou-se na recolha e análise de documentação de natureza médica e legislativa, se bem que o fulcro de toda a investigação teve por base a análise sistemática de um conjunto seleccionado de colecções completas de vários periódicos médicos especializados e não especializados. Pela sua natureza eminentemente científica, estas fontes transmitem-nos as informações necessárias à compreensão dos traços mentais, técnicos, científicos e até mesmo políticos que caracterizaram a estruturação e sedimentação da cancerologia. Também reflectem fielmente o pensamento, atitudes, anseios e vontades dos mais directamente implicados na luta contra o cancro, proporcionando, com segurança, um quadro muito abrangente da intervenção médica numa área emergente do conhecimento científico.

O percurso de investigação obedeceu basicamente a um método de trabalho de tipo qualitativo e heurístico. O tratamento e análise dos documentos baseou-se maioritariamente num trabalho de inferência sistemática.

Principais resultados: A organização da luta contra o cancro em Portugal acompanhou de forma muito próxima o movimento anti-canceroso global do primeiro quartel do século XX, ultrapassando alguns países europeus no tocante à planificação e concretização de um projecto que se revelou fundamental na vida médica e científica nacional. Nos anos 20 e 30, o risco colocado pela doença acompanhou a transformação profunda do lugar ocupado pela medicina nos domínios da saúde pública, bem como do seu novo papel no seio de uma sociedade que se queria moldada sob o signo da modernidade. Emergiu então um movimento anticanceroso a partir de uma faixa de médicos ligada ao mundo académico, que gravitavam em redor das cúpulas políticas da época.

A solução médico-política adoptada para abordar o novo flagelo assentou numa instituição de saúde especializada, o Instituto Português de Oncologia, criado com o intuito de regular a abordagem clínica da doença, onde se desenvolveu não só o tratamento oncológico, mas sobretudo o ensino e a investigação científica numa área emergente do saber médico. Visava igualmente o controle das práticas sanitárias individuais face ao risco oncológico, através de um esforço propagandístico voltado para o diagnóstico precoce, mas onde se fazia igualmente alusão às práticas potencialmente geradoras da doença. Sendo um centro especializado na investigação científica, na formação de técnicos de saúde e na divulgação/propaganda educativa, esta estrutura, tal como outras entretanto desenvolvidas para o tratamento de outras patologias, esteve abrigada por um movimento social que rapidamente ultrapassou o campo estrito da medicina, denotando uma dinâmica social muito própria.

Inserida entre uma especialidade em processo de afirmação e as necessidades assistenciais dos doentes oncológicos, a luta portuguesa contra o cancro resultou da conjugação de uma série de factores que ultrapassam a mera assimilação de novas tecnologias médicas ou até da criação de um espaço próprio para a prática da oncologia. Tornou-se sobretudo num meio para realizar um trabalho intenso de educação para a saúde das populações, num instrumento de ponta na formação médica especializada e numa referência de modernidade científica no contexto do Estado Novo.

Orientador: Prof. Doutor Jorge Fernandes Alves.

Provas Públicas: 8 de Novembro de 2010.

Curso de Mestrado em Estudos Locais e Regionais

Autor: **António Pinto do Fundo**

Título: *Elites e finanças: o concelho de Penafiel na reforma liberal (1834-1851)*

Palavras-chave: Elites, Finanças, Liberalismo, Território.

Resumo:

As propostas de investigação sugeridas nos diferentes seminários e disciplinas do III Curso de Mestrado em Estudos Locais e Regionais e a percepção das transformações sócio-políticas e económicas verificadas no século XIX apontaram para uma proposta de texto de dissertação denominada *Elites e finanças: o concelho de Penafiel na reforma liberal (1834-1851)*.

Assim, procurámos, com o nosso estudo, analisar as alterações, a nível local, das reformas administrativas levadas a cabo no Portugal oitocentista, de forma a verificar como o concelho de Penafiel se integrou na nova realidade político-administrativa pós revolução liberal.

O estudo incide, então, sobre a acção do corpo governativo local, sobre a base financeira que suportava o aparelho administrativo local e sobre os novos órgãos, surgidos com o Liberalismo. Em resumo, estudámos o governo do município de Penafiel, tendo em conta os meios humanos e financeiros que permitiram o exercício do poder, no período compreendido entre o triunfo do regime liberal e a Regeneração.

Escolhemos uma época de grandes transformações – sociais, políticas e económicas –, uma vez que o novo regime levou a cabo uma profunda reforma do sistema administrativo, que afectou, de uma forma substancial, o modo de recrutamento dos dirigentes locais e as finanças municipais.

A estrutura da dissertação obedeceu aos objectivos e à procura das respostas às hipóteses em torno do impacto das mudanças locais de uma reforma de índole nacional.

Num primeiro momento, caracterizámos o espaço administrativo, através de três pontos preliminares: uma breve história do concelho, a evolução do espaço concelhio e a definição da população que o habitava. Partimos da hipótese de que as reformas e as eleições ocorreriam num universo que poderia não apresentar sempre os mesmos limites, nem a mesma base eleitoral.

Seguidamente, dividimos o trabalho em duas partes fundamentais e distintas, estruturadas segundo uma lógica – o antes e o depois das reformas:

- I Parte, constituída por dois pontos. No 1.º Ponto, analisámos a forma de organização municipal do concelho de Penafiel nos finais do Antigo Regime, definindo os agentes do poder local, os diferentes escalões hierárquicos a que pertenciam, a lógica de recrutamento do pessoal político da Câmara de Penafiel, a natureza e a importância das funções desempenhadas, e o grau de participação nas tarefas administrativas. No 2.º Ponto, apresentámos a legislação, o impacto político da Revolução de 1820 e a nova organização municipal. De alguma forma, este ponto representa a transição entre o ponto I e a II parte.

- II Parte, constituída, igualmente, por dois pontos. No 1.º Ponto, analisámos, inicialmente, os processos eleitorais e o universo dos eleitores e elegíveis e, posteriormente, identificámos e caracterizámos o perfil social da elite dirigente municipal – vereadores e vogais do conselho municipal –, bem como a forma de organização e de funcionamento da estrutura municipal. Esta avaliação ganha consistência com a abordagem do 2.º Ponto, ao fazer-se uma breve incursão sobre o estudo das finanças municipais – análise das receitas, despesas, saldos, dívidas activas e passivas, bem como das áreas de intervenção, sector fundamental da actividade administrativa da câmara, indispensável para o conhecimento das suas actividades e iniciativas.

Definidos o tema, o âmbito temático, espacial e cronológico, o quadro problemático e a estrutura da dissertação, seleccionámos as fontes e a forma da sua utilização, tendo em conta as questões colocadas. Num primeiro momento, os códigos legislativos tornaram-se incontornáveis, por permitirem

definir o modelo municipal que se preconizava e que se previa ser aplicado. Depois, destacámos, pela base referencial que comporta, a Colecção de Legislação Portuguesa, suporte fundamental e imprescindível para a reconstituição do quadro legislativo dos municípios. De seguida, seleccionámos fontes basicamente municipais, existentes no Arquivo Municipal de Penafiel, nomeadamente, fontes do fundo da câmara: Livros de Vereações; Livro de Juramentos; Livros do Recenseamento Eleitoral, Livros de Correspondência Recebida e Expedida; Livros de Lançamento da Décima; Livros de Receitas e Despesas; e Livro de Copiador dos Editais.

Mas o acervo municipal não poderia esgotar a pesquisa, tendo em conta as estruturas da administração periférica entretanto criadas (os distritos e respectivos corpos governativos), cujas competências se cruzavam com a vida municipal. Daí a necessidade de termos acedido a outros acervos nacionais, existentes no Arquivo Distrital do Porto. Finalmente, as discussões, os procedimentos eleitorais, as disputas pelas demarcações territoriais do concelho conduziram-nos, assim, aos fundos existentes no Arquivo Histórico Parlamentar, como forma de aferir dados e complementar informações.

A definição, como áreas de interesse, das elites e das finanças municipais pressupôs a procura de análises comparativas com estudos para outros municípios. À medida que consultámos fontes, construímos um quadro bibliográfico, validámos o modelo previamente definido e comparámos métodos de trabalho. Utilizámos cada uma das fontes disponíveis e descritas para responder, exclusivamente, às interrogações colocadas. Criticar, identificar limites e potencialidades, mas sempre reconstruir informação, foi o método privilegiado para a abordagem, uma necessidade, constatada, particularmente, no domínio financeiro. O resultado deste percurso de fundamentação documental e bibliográfica constata-se na elaboração de apêndices, que disponibilizam todos os dados que serviram de suporte à identificação das elites e das finanças do município de Penafiel.

Os resultados da investigação permitiram-nos constatar que em Penafiel, no período compreendido entre 1834 e 1851, a elite municipal que constituía a Vereação era caracterizada pela diversidade profissional, urbana, instruída, que se afirma pelo estatuto socioprofissional, pelo poder económico e pelo mérito. Em contrapartida, no conselho municipal, encontramos uma elite proprietária e/ou negociante, abastada, com poder económico, maioritariamente residente no termo do concelho. Com efeito, a ruptura de 1834 permitiu, no plano teórico, uma representação social relativamente diversificada. Contudo, a lenta consolidação do Liberalismo propiciará a constituição de uma classe política maioritariamente constituída por proprietários e negociantes. A elite política liberal era definida com base no critério da riqueza. A igualdade dos cidadãos perante a lei é um valor central do Liberalismo, mas a igualdade política foi uma miragem nos primeiros anos de consolidação da política liberal.

Por outro lado, verificámos que a transição ao nível das vereações foi efectuada de forma pacífica, o que revela uma grande capacidade de adaptação da elite local a diferentes situações político-administrativas. Mesmo a Igreja assumiu um papel de continuidade presencial, na vida local, nomeadamente, ao estar presente na organização dos actos eleitorais. A mesma tónica de calma quando os eleitos parecem os mesmos (uma parte deles), embora a rotatividade surja, efectivamente, como que em resposta às novas modalidades de recrutamento.

Mas as reformas levadas a cabo pelo novo regime liberal também tiveram consequências ao nível das finanças locais. Contudo, não se pode dissociar esta questão do próprio alargamento da base geográfica de tributação. Entende-se, até, (aspecto que não tem sido devidamente acautelado) que as questões surgidas neste período, acerca dos limites e incorporações de freguesias ou lugares, originaram um aumento da população anual na grandeza de 0.38%, tendo como limites os anos de 1801-1849.

Efectivamente, o Liberalismo impôs uma máquina administrativa mais pesada aos municípios e as alterações introduzidas nos mapas concelhios vão afectar os recursos da Câmara de Penafiel no que respeita às receitas, mas igualmente no que concerne às despesas, num equilíbrio bem difícil de conseguir. A par das consequências desencadeadas pelo aumento dos limites geográficos do concelho, também o aumento anual da população, no espaço concelhio, teve manifestas repercussões na contabilidade municipal.

Os quantitativos, tanto do lado das receitas como das despesas, sofreram aumentos consideráveis, a partir de 1836, e os montantes arrecadados e dispendidos pelo órgão de gestão concelhio permitiram fazer face a um conjunto de novos encargos, surgidos na sequência de uma maior diversificação de atribuições às câmaras municipais pela política liberal.

Se, com o Liberalismo, o poder municipal adquire novas responsabilidades e novas obrigações, também com o Liberalismo as câmaras municipais vêm muitas das suas decisões serem fiscalizadas pelo conselho municipal, o que origina uma perda de independência no plano político-económico, perda essa aceite pacificamente pela elite local, o que, em parte, se justifica pelo facto de os impostos resolverem a questão, ao contrário do que sucedeu noutros concelhos.

A Câmara de Penafiel, nos anos de 1835-1851, apresentou, efectivamente, níveis de crescimento das receitas, embora as contas de receitas e despesas tenham sofrido oscilações, caracterizando-se o movimento contabilístico pela apresentação de saldos relativamente equilibrados, que, no entanto, como demonstramos no texto da dissertação, encobriam uma dívida acentuada, que não pode ser menosprezada, tendo em conta a dimensão financeira local. É curiosa a forma “engenhosa” como se resolveram os orçamentos, com o socorro a dívidas activas e passivas, um jogo que, tanto quanto nos foi permitido apurar relativamente à sua real dimensão, apenas num exercício de subtração, aponta para estratégias de sobrevivência in extremis.

Orientadora: Prof.^a Doutora Maria Inês Ferreira de Amorim Brandão da Silva
Provas Públicas: 19 de Janeiro de 2009

Autor: Filipe Donato Vasconcelos dos Santos

Título: *O Sal na Ilha da Madeira na Segunda Metade de Setecentos – Penúria, Poder e Abastecimento*

Palavras-chave: Sal, Ilha da Madeira, Escassez, Abastecimento, Relações de Poder.

Resumo:

A questão que norteou a investigação concernente à dissertação de mestrado *O Sal na Madeira na Segunda Metade de Setecentos – Penúria, Poder e Abastecimento* foi a que se segue: Que contornos assumiu o abastecimento de sal, em termos de relações de poder e de economia, na ilha da Madeira, na segunda metade do século XVIII?

Para além de uma introdução – onde se abordou a problemática subjacente, as fontes e os procedimentos metodológicos –, considerações finais, anexos, fontes e bibliografia e um índice de tabelas, gráficos, organogramas e mapas, este estudo foi estruturado em várias partes. Em primeiro lugar, os capítulos introdutórios ou de propedêutica. Em II.1 Espaços e Homens cruzam-se a geografia, clima, geologia e morfologia da ilha da Madeira, sem esquecer os modos e vias de comunicação, as circunscrições administrativas da época estudada – concelhos e freguesias – e a preponderância, no quadro insular, da cidade do Funchal. Alvo de análise foi igualmente a população que habitava a ilha – distribuição, povoamento e dinâmica ascendente. Depois, em II.2 Poderes, demos conta da configuração dos poderes existentes na Ilha da Madeira, descrevendo as várias instituições político-administrativas e respectivas atribuições, competências e, quando se verificou, prerrogativas. Posteriormente, em II.3 Economia e Quotidiano, mostrámos a posição, em termos económicos, da Madeira no mundo atlântico; vimos ainda: as mais relevantes produções e riquezas insulares assim como as principais insuficiências e crises; as relações comerciais externas da Ilha; as conjunturas internacionais bélicas, determinativas da vida económica – e quotidiana – do arquipélago; a configuração da importação; o mundo rural madeirense e o acesso à propriedade; a relação dos habitantes com o ecossistema natural.

Nesta sequência lógica, entrámos no capítulo III.1 Penúria, Extração, Salga – elaborado como trânsito entre a procura e a oferta do sal, quase em jeito de ensaio. Apresentámos, primeiramente, indi-

cadres documentais acerca da escassez de sal, de 1750 a 1800, tomando em consideração a necessária contextualização temporal. A observação da penúria reveste-se de especial significado para a nossa discussão e problematização, pois pensámos que a ilha sofria de endémica e, por vezes, de grave falta de sal. Subsequentemente, atentámos nos indícios, de diversa ordem, que concernem à existência – ou inexistência – de extracção de sal, em moldes industriais ou artesanais, observação esta que não pôde olvidar os constrangimentos vários deste espaço insular que tornam exequível – ou impraticável – a actividade produtora do mineral. Não esquecemos ainda a menção à actividade da salga na Madeira.

Seguidamente, investigámos, em III.2 Monopólio Senhorial – Quadro Normativo, o quadro normativo que estabelece e regula o privilégio dos Donatários da Ilha – ou melhor, do Funchal –, no abastecimento do sal, assim como os desenvolvimentos posteriores dessa normativa, até à segunda metade de Setecentos.

Ficando delineada a norma, faltava descrever a observância da mesma, o que levou ao estudo das relações de poder entretecidas a propósito do abastecimento do sal: III.3 Abastecimento Concelhio – Relações de Poder. Neste particular, a nossa abordagem pautou-se por uma descrição cronológica dos factos, conjuntamente com a interpretação, a par e passo, dos mesmos. Basicamente foi nosso propósito apreender o modo como, do monopólio normatizado, se passou à realidade, infinitamente mais complexa, na qual vários poderes (protagonistas, cargos, homens) intervirão: a Coroa; o Donatário, depois Alcaide-Mor; o Concelho (do Funchal); o Governador e Capitão-General; o Provedor da Real Fazenda.

A fiscalidade do sal foi a temática que ocupou, posteriormente, os nossos esforços – em III.4 Fiscalidade. Neste particular, deslindámos a origem, arrecadação e percepção do imposto concelhio, existente apenas no Funchal, sobre o sal, a que acresceu a análise do posicionamento desta receita no total do encaixe concelhio, dos montantes arrecadados e das despesas custeadas com o produto do tributo.

A pesquisa conducente à percepção da importação de sal – em III.5 Importação – ocupou, posteriormente, os nossos esforços. Constituíram objecto de análise: os movimentos conjunturais de importação do produto; o posicionamento da Ilha enquanto escala do sal no comércio transatlântico; os locais de origem do sal; a duração das viagens; a nacionalidade dos mercadores intervenientes no trato; a tipologia e nacionalidade das embarcações transportadoras de sal; as evoluções sazonais do comércio; enfim, a relação entre a importação do sal com a entrada de outros produtos.

A nossa ambição foi a de fornecer um contributo relevante para um conhecimento mais aprofundado das relações comerciais externas da Madeira. A abordagem foi, como é óbvio, quantitativa – sem perder de vista indícios qualitativos.

Por fim, o capítulo III.6 Mercado Interno e Consumo, que se propunha responder a variadas possibilidades de abordagem; enveredámos, aqui, pela observação de: locais de venda do produto estudado; circuitos de trocas; agentes do comércio interno; metrologia do sal; preços de venda ao consumidor; natureza e usos variados do sal; e, enfim, consumo per capita. Tentámos, diga-se, forjar um contributo para o estudo do mercado doméstico, temática ainda algo obscura na historiografia sobre a Madeira.

De entre um variado corpus documental, disponível no Arquivo Regional da Madeira, no Arquivo Nacional da Torre do Tombo e no Arquivo Histórico Ultramarino – a documentação depositada nestas duas últimas instituições foi consultada online no sítio <http://www.nesos.net/> –, destacamos as fontes produzidas pelo Município do Funchal, sobretudo as Actas de Vereação, os Livros de Medição do Sal e os Livros de Registo dos Navios entrados no Funchal e despachos da Casa da Saúde.

Em moldes sintéticos, esta pesquisa permitiu concluir que a Ilha da Madeira sofreu de uma endémica penúria de sal, não contrariada pelas iniciativas empresariais e industriais de extracção de Thomas Edward Watts, com o patrocínio real, em finais do século XVIII. Assim, à fome de terra, de pão e de moeda (segundo José Manuel Azevedo e Silva), devemos agregar, na História da Madeira (na segunda metade de Setecentos e, muito provavelmente, desde os séculos XV e XVI) – sem a relevância, porém, das anteriores – a fome de sal.

Por conseguinte, o provimento do mineral teve de realizar-se por recurso à importação. O abastecimento do sal deu origem a relações de poder conflituantes entre várias instituições na Ilha: o Concelho do Funchal (garante do abastecimento público), através do Senado e de outros agentes;

o Donatário (detentor do monopólio da venda do produto); e outras. O poder municipal conseguiu, no cômputo geral, não sem obstáculos e resistências variadas, cumprir a sua função de controlador e de assegurador de um mais escorreito fornecimento, na linha das suas competências, sem dúvida, mas abalando o senhorio.

A importação apresenta-se irregular, em termos de evolução diacrónica, apesar de uma tendência ascendente nos últimos 30 anos, grosso modo, do século XVIII. Este trato tem outras particularidades: é controlado por nacionais, quando o grande comércio externo é pertença dos britânicos; o produto é originário, mormente, do continente português e, neste quadro espacial, sobretudo de Lisboa; este comércio é atlântico, inscrito e articulado num complexo histórico-geográfico que abarca a Madeira, alguns portos do centro e sul de Portugal e os arquipélagos atlânticos das Canárias e Cabo Verde (designadamente este). Esta mercancia, ademais, assume um carácter afluente, subsidiário, sem âncora. Tenha-se em atenção a baixa tonelagem das embarcações onde viajava o sal e a inexistência de produtos madeirenses que permitissem uma permuta mais frequente e um abastecimento menos irregular; daí, também, o carácter relativamente precário, em termos de volume e constância, da importação.

Em termos fiscais, o sal foi alvo de tributação por parte do Município do Funchal e a receita resultante – a segunda em termos de relevância no conjunto das receitas funchalenses – mostrou-se relevante, no quadro financeiro concelhio. As despesas custeadas com este encaixe financeiro, mais do que as consignadas nas provisões régias que estabeleceram e regularam este tributo, eram de carácter regular (como construção e manutenção de obras públicas) e administrativo, bem como de teor mais circunstancial (exéquias e aclamações régias).

A distribuição interna do produto foi feita sobretudo em estabelecimentos comerciais fixos e o centro de medição (para efeitos fiscais), venda e redistribuição localizou-se na baixa ribeirinha da cidade do Funchal. No consumo, enfim, há que levar em linha de conta a alimentação e a utilização, de axial relevância, do sal enquanto conservante (na salga).

Esta, em poucas palavras, é a História político-administrativa, económica e material de um mercado consumidor deficitário de sal, onde é patente, na realidade, um desajuste entre a oferta e a procura.

Orientadora: Prof^a. Doutora Maria Inês Ferreira de Amorim Brandão da Silva.

Provas Públicas: 02 de Fevereiro de 2009.

Autor: Maria Manuela Simões Baptista Assunção

Título: *Da Construção do Espaço à Percepção do Olhar – A Paisagem do Porto na 2ª metade do Século XIX*

Palavras-chave: Paisagem, Porto, Espaço, Pintura, Fotografia.

Resumo:

O tema da paisagem do Porto desenvolve-se entre o objectivo – o espaço administrativo e urbano, e o espaço construído pelo olhar dos fotógrafos e dos pintores, comparando os seus olhares sobre determinados pontos do Porto da segunda metade do século XIX, descobrindo o ponto de observação e as suas condicionantes de formação académica e profissional.

Logo a definição de paisagem, vista, antes de mais, como a percepção do observador que, com a sua interpretação, dá um significado ao que vê. Neste sentido, o objectivo deste estudo incluiu uma metodologia de análise às diferentes perspectivas de representação da paisagem de alguns locais do Porto, cruzando e comparando os olhares dos diversos produtores dessas representações e confrontando-a com visões históricas já estudadas. Tal análise procurou responder à hipótese de aferir da possibilidade, através de diversas representações cruzadas, de uma leitura de alguns excertos da paisagem urbana do Porto, entre meados do século XIX e início do século XX. Seria possível fazer a leitura da paisagem do Porto através desses olhares?

Comparamos situações e percursos, escolas e obras de fotógrafos e pintores, contrapondo a representação da fotografia com as das telas e procurando perceber as diferenças entre os seus olhares, os modelos de registo, os “pontos” de observação em que se colocaram os nossos “actores” neste processo de representação, procurando interpretá-los, dando-lhes um significado. Em suma, a questão de fundo consistia em saber o que é que a historiografia da cidade do Porto tinha revelado que os olhares seleccionados não viram, ou que então o que estes observaram e que escapara à primeira.

A crítica desses olhares tornou-se mesmo objecto do trabalho, porque o pintor, um dos nossos leitores da paisagem, representa impressões e à medida que nós as partilhávamos percebemos que os seus esforços para a descrever podem ser enganadores, pois apenas representam o que ele próprio sente e pensa. O fotógrafo é-o igualmente, condicionado por uma técnica e por uma posição pessoal no mundo que o envolve. Assim, a paisagem define-se, descreve-se ou explica-se a partir das formas, da sua morfologia em sentido lato, da intervenção humana. Esta paisagem humanizada, não se explica directamente pelo que se vê, mas sim sobretudo por “factores de civilização”. Por isso, uma paisagem seria um todo apreendido por vários sentidos e se o quisermos compreender devemos destrinçar, quer todas as relações causais, quer as interações do complexo vivo que ela constitui.

Para fazermos a leitura da paisagem urbana do Porto precisámos de instrumentos de olhar e seleccionamos para isso, a fotografia e a pintura. Subsidiariamente, a representação cartográfica conduziu-nos na leitura, mais “objectiva” e guiada, do espaço – o construído pela administração e poderes oficiais.

Através dessas fontes diversificadas, fotografia e pintura, analisámos as perspectivas dos autores percebendo como é que realmente teriam percebido essa paisagem, que “olhar” teriam tido, o que representou para eles o espaço da cidade na época. Metodologicamente seleccionaram-se locais específicos mediante determinados critérios. Estes basearam-se fundamentalmente na importância das modificações operadas nos locais escolhidos e na significância social de que se revestiram para a sociedade portuense como centros de trabalho, lazer e ou manifestações políticas em determinados momentos. Tal selecção obrigou a uma aferição do espaço do Porto, do ponto de vista administrativo, topográfico, demográfico, económico, social e cultural. Essa síntese é o que a historiografia hoje nos fornece.

Não deixou de ser uma construção histórica, baseada em fontes criticadas pelos autores dessas sínteses. A nós competiu-nos organizar a informação e avaliar alguns pontos fortes de observação.

As escolhas que fizemos implicaram uma selecção e alguns condicionalismos relativos às fontes de que dispusemos.

A análise do conteúdo dessas fontes, tornou-se complexa na medida em que teve de incidir no percurso do próprio produtor e sobre as condições sociais em que a produção foi realizada.

Interpretamos a linguagem das suas representações, análise sempre sujeita a erros de avaliação, o que foi desafiante. Procuramos interpretar os seus “olhares” à luz do século XIX e da formação e vivência dos seus produtores.

As fontes fotográficas distribuíram-se pelo Centro Português de Fotografia, Arquivo Distrital do Porto, Biblioteca Municipal do Porto, Ateneu Comercial do Porto. Trataram-se milhares de fotografias, na sua maioria sem data, nem localização concretas, com temáticas muito variadas, obrigando a uma classificação que teve em conta cruzamento de informação contextualizadora.

Relativamente à pintura consultámos muita bibliografia sobre o tema que nos forneceu larga informação, e foi também importante o facto de termos um contacto constante com as obras nos museus e fundações, onde existem representações do Porto para a época.

As fontes consultadas no Arquivo e na Biblioteca da Faculdade de Belas Artes do Porto, indicaram-nos o percurso académico dos pintores mencionados, os currículos dos seus cursos, condições de trabalho, os seus mestres, os seus estágios no estrangeiro.

Metodologicamente, a recolha da informação em campos pré-definidos tornou-se essencial para a análise e futura obtenção de resultados, permitindo criar uma sistematização do olhar dos “outros”, coerência e possível isenção crítica. Sublinhe-se a importância de que se revestiu localizar o ponto de observação do emissor da informação, “a posição” quer do fotógrafo, quer do pintor, percebendo uma rede de análises que envolvia sentimentos e emoções.

Os resultados obtidos sentiram-se logo na avaliação das fontes usadas: pintura e fotografia, porque cada imagem analisada, revelou muita subjectividade, não tanto nos elementos representados, mas mais na simbologia, no valor cultural que cada uma pode conter.

A paisagem urbana que a historiografia nos refere em relação à participação da sociedade no quotidiano da cidade, está com alguma consistência representada pelos olhares dos fotógrafos e dos pintores no que concerne à “classe trabalhadora”. Há elementos da paisagem que estão amplamente representados nas muitas mulheres que surgem nos seus trajes rústicos, rodilha na cabeça, socos, xaile traçado, em diversos contextos. Surgem nas vendedeiras, da Praça D. Pedro, pelo olhar de Emílio Biel ou no de Aurélio da Paz dos Reis na Praça Almeida Garrett e na Praça da Ribeira ou ainda da casa Fritz na Rua da Madeira. Também na pintura assumiram papel importante nas representações da paisagem, essas mesmas vendedeiras, pelos olhares de Marques Oliveira ou Francisco José Resende.

As alusões aos eléctricos, aos trilhos, à presença da ponte D. Luís, à chegada do comboio a S. Bento são os indicadores mais pertinentes da paisagem no que concerne à industrialização e que de uma forma mais discreta, ou ostensiva os fotógrafos registaram. No caso da Ribeira, há mesmo algum confronto entre a modernidade de alguns elementos e a ancestralidade de outros. Será na Ribeira que, na nossa análise entendemos que a paisagem expressou os maiores confrontos civilizacionais. Por um lado, a presença das pontes que espelham o reflexo da industrialização de uma forma bem visível por tudo que representam em termos de progresso, comunicação, valor estético. Por outro lado a ruralidade de uma zona onde a paisagem evidencia a continuidade de hábitos, de ritmos que não evidenciam qualquer mudança civilizacional.

O olhar de Aurélio da Paz dos Reis foi abrangente e demonstrou o seu interesse cívico de participação no desenvolvimento do Porto. Efectivamente, o seu olhar abrangeu tanto a burguesia que se passeia pelos jardins exteriores, como as exposições de floricultura, nas quais participou activamente, como a Exposição Universal, registando a presença das empresas e essa visão consideramos muito coincidente com as descrições da historiografia.

A paisagem social atinge uma representação com grande carga simbólica, uma vez que a burguesia que aparece na Avenida das Tílias, assume como que a representação de toda a burguesia do Porto, que se reviu nesta imagem de prestígio.

Movimentação e participação são as palavras-chave destas paisagens. Elas “descrevem” um Porto onde o comércio tem muita força. Está em qualquer das fotografias, seja no Bolhão, na Cordoaria, na Ribeira, na Praça Almeida Garrett, um fervilhar de gente.

Em síntese do estudo efectuado pudemos constatar que é possível fazer a leitura da paisagem pelo cruzamento da perspectiva dos olhares de pintores e fotógrafos. A representação do espaço registada pelo olhar do fotógrafo tem a possibilidade de evidenciar o que outros documentos não registaram, por considerarem, talvez, irrelevante, como foi o caso da publicidade. O itinerário fotográfico capta o espaço, no seu todo, dando-lhe uma determinada dimensão a que nada escapa, o “instantâneo”, embora seleccionada (focada pela intenção do autor) que permite uma focalização mais objectiva. Pensamos que na maioria dos casos, a historiografia não revelou para a segunda metade do século XIX, uma verdadeira noção de um provincianismo marcante, querendo sempre vincular uma imagem de progresso baseado na industrialização. De alguma forma entende-se, porque a história sublinha as mudanças, reúne os indicadores das mudanças e se a base de reconstituição histórica for a documentação escrita é bem possível que escapem as constâncias. Mas também é verdade que se no baseássemos apenas na fotografia e na pintura, estas não revelariam a distribuição funcional da população: fábricas e bairros operários. A complementaridade de abordagens pareceu-nos essencial...

Orientadora: Prof^a. Doutora Maria Inês Ferreira de Amorim Brandão da Silva.

Provas Públicas: 16 de Janeiro de 2009.

Autor: **Patrícia Costa Valente**

Título: *Administrar, Registrar, Fiscalizar, Gastar. As despesas municipais do Porto após a Guerra da Restauração (1668-1696)*

Palavras-chave: Finanças locais, Administração, Despesas, relações de poder.

Resumo:

Partindo de uma questão (é possível o estudo das despesas municipais do Porto enquanto projecção/barómetro da vida municipal?) apresenta-se uma dissertação em torno do sistema financeiro portuense, no pós-guerra da Restauração, seus mecanismos de registo, administração e fiscalização, as políticas administrativas, a autonomia financeira, o diálogo com o poder central.

O principal corpus documental seleccionado é constituído pelos registos contabilísticos municipais (livros de receita e despesa, com maior enfoque nesta última), toda a documentação que com eles se articula (mandados de despesa, correspondência diversa, registos de fiscalização, entre outros) e ainda a documentação normativa, impressa e manuscrita, sobre finanças municipais. Face a um grande manancial documental (numa cronologia de 28 anos em 7 contabilidades) optou-se pela análise por amostragem: levantamento, em 5 das 7 contabilidades, das despesas dos primeiros 4 anos sequenciais para que existem registos (1670, 1671, 1672, 1673), procurando-se aferir da existência, ou não, de homogeneidade na ocorrência de despesas e na percepção da aplicação das verbas municipais, e das despesas do último ano da cronologia proposta (1696) para detectarmos eventuais alterações no decurso do tempo. Ressalve-se que o estudo da organização das contabilidades portuenses, da sua administração e fiscalização não segue esta análise por amostragem, compreendendo toda a cronologia e todas as contabilidades, devido ao carácter mais geral desta abordagem, sendo imprescindível uma visão global.

No Porto da segunda metade do século XVII, na senda do que se vinha já ‘desenhando’ no período filipino, encontramos uma estrutura financeira assente, não num fundo geral, de receita e despesa, mas em vários, um sistema financeiro de “cofres”. Ou seja, existiam várias contabilidades, com registos individuais de receita e despesa e, conseqüentemente, com administração e fiscalização próprias (mesmo quando coincidentes) apresentando, por vezes, uma organização caótica, resultando em perdas de documentação, ora por interferências externas ao município, ora por posteriores tentativas de reorganização, entre outros factores.

Tal organização levou, numa primeira parte da dissertação, a uma análise prévia do funcionamento da estrutura financeira municipal, na qual se enquadram as despesas municipais. Por outro lado, a apreensão da organização do corpus documental obrigou a um exame pormenorizado dos procedimentos de escrituração, actos de fiscalização e procedimentos contabilísticos adoptados. Por outras palavras, para a apreensão do sistema de aplicação das verbas municipais foi essencial a aferição do funcionamento e mecanismos da gestão financeira municipal: a forma como era feita a sua contabilidade, quem era responsável por ela, localmente, e quem a controlava em nome do poder central.

Numa segunda parte, um maior enfoque recai nas despesas e seus conteúdos, sob perspectivas de análise diferentes, com objectivos distintos. Primeiro, apresenta-se uma visão de conjunto da distribuição das despesas por sector (após a construção de um quadro de classificação), independentemente das contabilidades a que pertencem, aferindo-se se estas acompanhavam o ritmo das conjunturas nacionais e mesmo internacionais. Mas, igualmente, procurou-se saber o que revela esta análise a propósito das políticas administrativas levadas a cabo pela Câmara municipal, se estas teriam uma preocupação com o bem comum, concretizada no investimento em obras de interesse colectivo ou se, pelo contrário, reflectiriam os interesses do grupo restrito que as administrava. Paralelamente, faz-se uma observação das despesas, a um nível ainda mais micro, para, através delas, se perceber o quotidiano da vida municipal. Numa segunda fase, estudam-se as despesas feitas por Cofre, tendo-se a preocupação em esclarecer os seus contributos financeiros para as despesas municipais. O objectivo era o de avaliar se o facto de o Porto ser uma cidade virada para o comércio, portuária e centro abastecedor do interior do reino, teria influenciado os contributos de cada contabilidade para as despesas. De igual modo, através

do exame das despesas por contabilidade, numa perspectiva mais qualitativa, procurou-se estabelecer se cada Cofre cumpria o que, em linhas gerais, estava estabelecido a nível normativo/legislativo relativamente à aplicação das suas verbas e, ao mesmo tempo, examinar a acção dos agentes da administração central sobre as despesas de cada cofre. Perguntou-se ainda se, numa orgânica de várias contabilidades, dentro de um mesmo município, não se estabeleceriam ligações/relações entre os Cofres. Por fim, e até pela importância que o Porto tinha a nível do Reino, enquanto segunda cidade, capital de Comarca, e com potencialidade económica pelo seu carácter comercial, em plena crise económica do século XVII, e com a necessidade de defender as colónias, não lhe exigiria a Coroa auxílio para fazer frente às suas próprias despesas? Se o fizesse, através do lançamento de impostos, como aconteceu, por exemplo, durante a Guerra da Restauração, não caberia tal análise neste estudo, mas, se, por outro lado, ‘lançasse mão’ dos recursos destinados às despesas do município, tornar-se-ia fundamental estudá-lo, enquanto exemplo do diálogo entre o poder local e o poder central.

Constatou-se, assim, através dos resultados obtidos, que o sistema financeiro portuense de “cofres”, acima referido, apresenta traços de arcaísmo quando comparado com os sistemas adoptados em cidades do Norte da Europa. Os próprios procedimentos de registo contabilístico portuenses evidenciam falta de modernidade, seguindo a linha das práticas gerais do Reino (sistema de partidas simples, ou contas de receita e despesa). A inovação surge apenas na utilização, de forma generalizada, de caracteres numéricos (algarismos arábicos), ‘acolunados’ à margem dos registos, facilitando os cálculos das parcelas, e na soma dessas parcelas, fôlio a fôlio, por vezes, com transporte das quantias de uns para os outros. Juntando-se, a estas características, o ambiente de crise vivido no Reino e na Europa, que levou, nomeadamente, a investidas da Coroa no sentido de absorver receitas municipais, apercebemo-nos de que, e apesar de tudo isto, o município do Porto, aparentemente (ou efectivamente, nos 5 anos examinados), conseguiu suplantar os défices, continuando a fazer frente às suas despesas, através dos seus próprios recursos, tornando-se financeiramente autónomo. Esta autonomia deve-se, em grande parte, ao Cofre dos Sobejos das Sisas, evidenciando-se o contributo do carácter comercial do município para a sua situação financeira. A partir da análise da ‘hierarquização’ das contabilidades, entre principais e secundárias, conclui-se, igualmente, que as secundárias se abasteciam em Cofres cujas receitas provinham das sisas (Cofre dos Sobejos e das Alças), reforçando a premissa de que as sisas representavam o grande suporte financeiro das despesas municipais portuenses. Acrescente-se a existência de empréstimos entre cofres, ou simples transferências de despesas de uns para outros, sendo, principalmente, ao Cofre dos Sobejos que o município recorria para fazer face às despesas dos Bens do Concelho, quando estes não tinham verbas. Ao mesmo Cofre recorria a Coroa, em alturas de crise financeira.

Relativamente à autonomia administrativa da aplicação das verbas municipais, é inegável a intervenção dos agentes da administração periférica, bem como a aplicação da própria legislação, nas suas linhas gerais, nas despesas portuenses. Porém, é igualmente real a margem de manobra detida pela administração local: pela maioria de despesas glosadas aos oficiais camarários, nos actos de fiscalização, relativamente às que ficavam sem efeito, e, sobretudo, pelo carácter contestatário, reivindicativo da cidade do Porto, face às intervenções régias na administração das suas verbas. O município acatava as ordens régias, mas não sem antes as tentar contornar, apresentar os seus argumentos e protesto face a situações consideradas arbitrárias, junto da própria Coroa, havendo alturas em que conseguiu, pelo menos, abrandar (ou arrastar) o processo.

Ao nível da aplicação das verbas municipais, em termos de visão de conjunto, nota-se que as despesas no sector militar se mantiveram, apesar de se viver um período de paz no território continental do Reino. A justificação deve-se à guerra nas colónias, servindo estas despesas, principalmente, para suprir deficiências financeiras da Fazenda Régia, embora existam, igualmente, despesas militares de aplicação *in loco*, mais estruturantes, como as destinadas às fortalezas e seu corpo militar, demonstrando que a guerra era uma ameaça permanente. Porém, destaque-se a perda de preponderância destas despesas, em 1696, reveladora de uma menor necessidade, por parte da Coroa, de recurso às verbas municipais para fazer frente às despesas da fazenda régia, fruto, talvez, de uma certa ‘sedimentação’ do período de paz com o passar dos anos, de acalmia das hostilidades e de alguma recuperação das

dívidas, originadas pela anterior Guerra da Restauração. O trabalho administrativo apresenta-se como segundo sector mais representativo, evidenciando-se um desenvolvimento burocrático, não tanto como resultado de um aumento da fiscalidade, mas sobretudo devido a pagamentos a oficiais camarários, tais como as propinas, gerando, por vezes, reacções por parte do poder central, alguns dos quais ligados a uma crescente preocupação de organização das várias contabilidades. Paralelamente, e apesar de uma manutenção das despesas administrativas, em 1696, parece-nos haver uma tendência, ao caminhar-se para o século XVIII, para a redução de informação nos registos de despesa, direccionada para um registo mais rápido e menos dispendioso, tornando-o, também, menos susceptível de ser fiscalizado ao pormenor, tornando-se, a própria fiscalização mais sucinta. Num segundo plano, ficam as despesas com os sectores de domínio mais ‘público’, tais como: obras públicas, assistência, saúde, cerimónias públicas, demonstrando um certo ‘aproveitamento’, por parte do poder político local, do seu papel de gestor das verbas, no que concerne a despesas administrativas e, pela Coroa, enquanto fiscalizadora, relativamente às despesas militares.

Orientadora: Prof^a. Doutora Maria Inês Ferreira de Amorim Brandão da Silva.

Provas Públicas: 13 de Janeiro de 2009.

Curso de Mestrado em História Contemporânea

Autor: **Bruno João da Rocha Maia**

Título: *A entrada da Itália na Segunda Guerra Mundial vista pela diplomacia portuguesa (1939-1940).*

Palavras-chave: Itália, Segunda Guerra Mundial, Política Externa.

Resumo:

A dissertação elaborada pretendeu retratar a visão portuguesa, nomeadamente do meio diplomático, sobre a entrada da Itália na Segunda Guerra Mundial, centrando-a no período que abrange o início do conflito a 1 de Setembro de 1939, aquando da declaração de não-beligerância italiana, até à confirmação da sua participação a 10 de Junho de 1940, data em que declara guerra aos Aliados. É vasto o leque existente de trabalhos historiográficos relativamente à Segunda Guerra Mundial, contudo, julgamos que o projecto se reveste de alguma pertinência, considerando o panorama historiográfico nacional, visto tratarmos da entrada italiana em específico e da visão portuguesa desse acontecimento, sem nos limitarmos apenas ao relato de um acontecimento englobado na conjuntura do conflito. O trabalho realizado implicou um estudo sobre a política externa italiana, no qual foram abordadas diversas questões que funcionaram como contexto para perceber em que circunstâncias se deu a entrada da Itália na guerra. De igual modo, foi necessária uma exposição básica sobre a política externa portuguesa, no âmbito da preparação do conflito, para uma melhor interpretação da visão portuguesa sobre a temática que se pretendeu retratar. Realizado o estado da questão, para se conhecer o que estava feito, o desenvolvimento da dissertação teve por base algumas obras sobre o fascismo à escala internacional, uma vez que referem a questão do expansionismo e, portanto, a participação da Itália na Segunda Guerra Mundial. Assim, tendo em conta todas as obras historiográficas citadas neste projecto, é preciso destacar a biografia de Mussolini da autoria de Pierre Milza (2001), a qual retrata em alguns dos seus capítulos a política externa italiana, tendo constituído um auxílio essencial à redacção do nosso texto. Outro trabalho sobre o qual

importa fazer referência é a obra de MacGregor Knox, com o título *Mussolini Unleashed* (1982), na qual se aborda a estratégia italiana durante a Segunda Guerra Mundial. Destacamos também as obras de Renzo de Felice, nomeadamente a sua *Breve história do fascismo* (2005), e a *Histoire Diplomatique: de 1919 à nos jours* (1981), uma versão actualizada do clássico de Jean-Baptiste Duroselle. Quanto ao que foi possível apurar da visão portuguesa, duas obras assumiram um papel essencial nesta investigação. A primeira é o trabalho de Manuel Loff, *O nosso século é fascista!* (2008), sobre as duas ditaduras ibéricas na Nova Ordem Eurofascista durante o período de 1936-1945. A segunda é a obra de António Telo, *Portugal na Segunda Guerra* (1987). A documentação seleccionada para a realização deste trabalho está reunida no A.M.N.E. [Arquivo Histórico-Diplomático do Ministério dos Negócios Estrangeiros] e no A.N.T.T./A.O.S. [Arquivos Nacionais Torre do Tombo/Arquivo Oliveira Salazar], tratando-se em geral de telegramas e ofícios trocados dentro da Administração Central e entre esta e representações diplomáticas. Relativamente à documentação diplomática portuguesa, merece nota de destaque a compilação organizada pelo Ministério dos Negócios Estrangeiros com o título de *Dez anos de política externa* (1936-1947). A análise da documentação levantada focou-se na identificação da data, do assunto, do emissor e receptor do documento, tratando-se, na maioria, de correspondência entre o Ministro dos Negócios Estrangeiros e os representantes diplomáticos portugueses na Santa Sé, em Berlim, em Londres e em Roma. A última mereceu, naturalmente, uma análise mais aprofundada. Referência ainda para os Discursos e Notas Políticas da autoria de Oliveira Salazar e para a utilização, influenciada pela leitura de diferentes obras, do Diário do Ministro dos Negócios Estrangeiros italiano entre 1936 e 1943, Galeazzo Ciano. Apesar de a Itália se apresentar claramente como um país secundário no panorama da política externa portuguesa, quando comparado, por exemplo, com a Grã-Bretanha ou com a Espanha, não podemos desprezar a coincidência ideológica entre o regime salazarista e o fascismo italiano, cujo sistema político constituiu um modelo para o Estado Novo. Ora, uma vez iniciada a guerra, e depois de esboçadas algumas tentativas de paz negociada, a atenção de alguns dirigentes fascistas voltar-se-ia para a criação de um bloco neutral, do qual a Itália assumiria a liderança. A principal expectativa de Salazar relativamente à não-entrada da Itália na guerra, em Setembro de 1939, prender-se-ia precisamente com este ponto. De facto, as ideias lançadas nesse sentido não podiam deixar de ser bem recebidas pelo chefe do Governo português, quando se colocava a hipótese da formação de um bloco latino-fascista autoritário, do qual Portugal faria parte, que pudesse exercer uma função mediadora na guerra. Essa ideia ganhava mais força perante a possibilidade da participação portuguesa na Nova Europa, edificada pela vitória nazi, onde um bloco latino liderado pela Itália se pudesse contrapor ao poder hegemónico alemão. Salazar defenderia as vantagens da Itália em se manter neutral, convicto do papel secundário daquele país na Europa perante uma vitória da Alemanha na guerra. A mesma tese seria defendida pelo embaixador português em Londres, Armindo Monteiro, ao evidenciar o risco imenso a que a Itália se sujeitaria ao entrar na guerra para, na melhor das hipóteses, ficar reduzida à condição de vassalo do poderio germânico. Estas mesmas questões seriam colocadas pelo chefe do Governo português nas suas reuniões com o ministro italiano em Lisboa, Renato Bova Scoppa, em Maio de 1940, num momento em que a Itália se mostrava cada vez mais beligerante. A certeza da derrota francesa apressa o desejo de Mussolini em se juntar aos países beligerantes, de forma a conseguir um lugar na mesa das negociações. Salazar lamentaria a entrada italiana no conflito, evidenciando que tal significaria a perda do seu papel de cabeça dos países neutros do Sul da Europa. Além disso, a participação da Itália no conflito era encarada com alguma preocupação pelo chefe do Governo português pela sua repercussão em Espanha, cujo envolvimento na guerra teria, naturalmente, efeito imediato em Portugal.

Orientador: Prof. Doutor Manuel Vicente de Sousa Lima Loff.

Provas Públicas: 16 de Dezembro de 2010.

Autor: **Carla Patrícia Silva Ribeiro**

Título: *O “alquimista de sínteses”: António Ferro e o cinema português*

Palavras-chave: António Ferro, Cinema, Estado Novo, Propaganda, Secretariado de Propaganda Nacional.

Resumo:

Esta dissertação de mestrado pretende analisar o pensamento e acção de António Ferro, director do Secretariado de Propaganda Nacional (SPN)/Secretariado Nacional de Informação, Cultura Popular e Turismo (SNI), no que ao cinema português diz respeito, ao longo de quase duas décadas de trabalho político e de reflexão/acção estética e ideológica (1933-1949).

Baseando o estudo no binómio Modernismo/Tradição – artisticamente, Ferro assumiu-se como modernista, avesso às convenções estéticas estabelecidas e preconizador de uma nova ordem; politicamente, fez a apologia do Estado autoritário e intervencionista que guia a sociedade e dirige as artes – procurou-se dar resposta a uma série de interrogações: qual a natureza e orientação do pensamento de António Ferro relativamente ao cinema, isto é, os seus pressupostos éticos e estéticos; quais os contornos que a sua “Política do Espírito” assumiu no campo cinematográfico e os resultados alcançados; qual a influência de Ferro nas produções cinematográficas portuguesas do período entre 1930 e 1950, isto é, o acolhimento e as resistências que obtiveram os seus desígnios, enquanto director do SPN/SNI, por parte do meio cinematográfico nacional, e, finalmente, qual a evolução do seu pensamento na condução do SPN/SNI ou, dito de outro modo, as convergências de Ferro com a política imposta por Salazar e, acima de tudo, as divergências relativamente a essa política?

Neste sentido, seleccionou-se um corpus documental que procurasse responder às interrogações iniciais da investigação – os escritos e discursos de António Ferro, que se relacionassem, directa ou indirectamente, com a matéria cinematográfica e a “Política do Espírito”, onde seria possível descortinar a sua ideologia de representação do mundo e do cinema em especial; o fundo documental do SPN/SNI presente no Arquivo Nacional da Torre do Tombo, de capital importância para o entendimento da política estatal para o cinema português e, finalmente, as revistas cinematográficas do período em análise, as décadas de 1930 a 1950 (tendo-se seleccionado seis, a saber: *Animatógrafo*, *Cinéfilo*, *Imagem*, *Kino*, *Movimento* e *Sol Nascente*), fonte de informação de excepcional relevância para a compreensão do projecto cinematográfico nacional da época em estudo, cuja análise procurou, por um lado, estabelecer como o projecto de Ferro para o cinema nacional se coadunou com o pensamento cinematográfico e intelectual coevo e, por outro, o que foi rejeitado desse projecto, quais os motivos e por que sectores da actividade.

Em termos genéricos, é possível afirmar que se conheceu em Portugal, nos anos iniciais do projecto do Estado Novo, um apelo totalitário no que à arte diz respeito; perante a questão então debatida – deveria o Estado dirigir a actividade artística – muitos responderam afirmativamente. Este era igualmente o desígnio de António Ferro, primeiro enquanto jornalista e figura pública de nomeada e, depois, como director do Secretariado, através da sua “Política do Espírito”, um projecto vanguardista, global, integrado.

A nível cinematográfico, grande parte do debate girou em torno da possibilidade, ou da necessidade, de o cinema português se construir como uma cinematografia nacional distinta de todas as outras, com temas próprios, um estilo autónomo e uma relação privilegiada com os espectadores do seu país de origem. Esta discussão não era específica de Portugal, verificando-se noutros países, em especial onde vigoravam regimes autoritários/totalitários, como a Itália fascista, que se serviram do cinema como arma de propaganda para o exercício e consolidação do poder político, uma vez que veiculava imagens, símbolos e mitos, com uma força e amplitude que nenhum outro meio de comunicação possuía.

Neste contexto, a questão fundamental foi, pois, a de saber qual era o projecto de António Ferro e, implicitamente, do SPN/SNI, para o cinema português.

Assim, é possível afirmar que o projecto cinematográfico oficial do regime foi de um cinema formativo, para “educar o bom gosto do povo” (FERRO, 1950: 36), através dos cinemas ambulantes.

Este terá sido o seu fim imediato; mas o principal centrou-se na propaganda do regime salazarista, só possível com um cinema dotado de um espírito nacional, personalizado. Para a consecução deste segundo objectivo parecem dirigir-se os filmes históricos (como *As Pupilas do Senhor Reitor*, de 1935 ou *Camões*, de 1946, ambos realizados por Leitão de Barros), desenvolvidos muitas vezes a partir de obras literárias portuguesas, bem como o género documental, ambos tão do agrado da personagem em estudo.

Todavia, as concepções de Ferro nem sempre se mostraram em concordância com o pensamento dominante no país. É, pois, com base nas suas concepções pessoais, de cariz mais estético que político-ideológico, que António Ferro defende um cinema artístico, anti-comercial, um estilo autónomo e distinto que fuja às fórmulas estereotipadas das comédias então em voga. Oferece, em troca, um panorama de incentivos, através do Fundo do Cinema Nacional, aos “filmes de natureza poética” e aos “filmes do quotidiano”, que permitiriam ao cinema nacional ser “um grande livro de histórias” (FERRO, 1950: 67-68).

Procurou ainda, através de propostas dirigidas a Salazar, concretizar a sua visão de um Espaço Atlântico, englobando Portugal, Brasil, Espanha e as várias comunidades sul-americanas de língua castelhana, numa irmandade cultural ibero-americana, sustentada por uma história em comum, uma fraternidade linguística e uma unidade espiritual, irmandade esta a ser construída, primeiramente, através do recurso ao cinema.

Em 1950, Ferro, homem do regime, é nomeado ministro em Berna, transferido em 1954 para Roma, como ministro plenipotenciário de Portugal, posto onde esteve durante dois anos. A ruptura, que se pressentia desde o final da Segunda Guerra Mundial, com a vitória dos regimes democráticos, concretiza-se no término da década de quarenta. Afastado por motivos políticos, atacado por figuras do regime que não compreendiam a sua visão do Estado Novo e perdendo o apoio da nova vaga de modernos, os da “terceira geração”, Ferro vai, neste seu percurso político, do entusiasmo ao desencanto, da alegria de viver e sentir da sua mocidade, à mágoa, mesclada de nostalgia, dos seus últimos anos.

Concluiu-se, pois, que a realidade produzida pela acção governativa que o SPN/SNI veiculou não se coadunou com as ambições do seu director. A “Política do Espírito” de Ferro revelou-se a “política do possível”, dentro da lógica normalizadora do regime estadonovista. Tal foi especialmente verdade a nível cinematográfico, quando Ferro viu o seu arrojado projecto de regeneração estética e artística confrontado com os desígnios puramente ideológicos e propagandísticos do cinema salazarista, de horizontes culturais certamente menos largos do que os seus próprios. Da mesma forma, esta “Política do Espírito” gera uma “política de esmola” para o cinema nacional, que depende da protecção oficial, nos moldes estabelecidos na lei promulgada em 1948, para poder criar. Há, com efeito, uma politização do cinema português, concretizada pela geração de “serventuários intelectuais” do regime, que se sucedem à primeira geração de intelectuais nacionalistas associados ao período de Ferro no SPN/SNI.

Orientadora: Prof^a Doutora Maria da Conceição Meireles Pereira
Provas Públicas: 6 de Setembro de 2010

Autor: Cátia Sofia Capitão Nunes Pereira

Título: *Posição de Portugal perante o conflito germano-polaco de 1939*

Palavras-chave: Danzig, Corredor Polaco, Segunda Guerra Mundial, Neutralidade, Salazarismo.

Resumo:

Este projecto historiográfico pretende fornecer uma ferramenta científica útil que complemente as lacunas existentes na historiografia do período inicial do conflito germano-polaco. Assim sendo, o objectivo é proceder à explicação histórica de qual foi desde o início a verdadeira posição de Portugal perante este conflito que deu origem à Segunda Guerra Mundial.

Coligindo a informação recolhida nas fontes documentais e históricas, pretende-se dar a conhecer uma melhor compreensão das opções estratégicas diplomáticas e políticas praticadas pelo Governo português em 1939, numa Europa que se encontrava na iminência de ver surgir um conflito bélico à escala mundial.

Também aqui se verificará que condicionantes internas e externas influenciaram o posicionamento de Portugal neste contexto da primeira fase da Segunda Guerra Mundial.

Para reconstituir o contexto histórico em que o conflito germano-polaco se desenvolveu e para perceber a posição tomada por Portugal, é necessário perceber alguns acontecimentos que o antecederam.

Sendo assim, esta investigação assenta numa sucessão cronológica de capítulos, cobrindo o período de Setembro de 1938 a Setembro de 1939, dando uma maior ênfase ao período de Março de 1939 a Setembro de 1939.

Num primeiro capítulo, centramo-nos numa análise historiográfica. Essa análise explora a explicação de alguns conceitos fundamentais e necessários para compreender o desenrolar dos factos. Conceitos tais como: as causas apontadas para o início do conflito germano, *Drôle de guerre*, *Blitzkrieg*, *Appeasement* e Estado Novo e Salazarismo.

No segundo capítulo, são explicados os antecedentes do conflito germano-polaco. É apontado como surgiu o Acordo de Munique e a Política de *Appeasement*, como foi para Portugal a preparação do conflito, como foi encarada a neutralidade portuguesa, e até como foi vista a relação entre Salazar e o Vaticano nos antecedentes da Segunda Guerra Mundial.

No terceiro e quarto capítulo, aborda-se como se desenrolou o desmembramento da Checoslováquia e como se iniciaram os preparativos para o ataque à Polónia. A questão do corredor polaco e as reivindicações de Danzig são explicadas no quarto capítulo, assim como o que foi o pacto germano-soviético e em que consistiu. Também neste ponto são dadas a conhecer as recusas polacas às propostas feitas por parte da Alemanha.

No quarto e último capítulo, dá-se a conhecer o desencadear e desenrolar do conflito germano-polaco.

Neste estudo, trata-se essencialmente as origens do conflito germano-polaco e a posição que Portugal tomou nos antecedentes e no desencadear do mesmo. Mas a prioridade deste estudo é elucidar a definição estratégica de Portugal. Procura-se sobretudo saber a posição de Portugal, no contexto da política externa. Durante a década de 30, a política externa portuguesa foi marcada pela questão espanhola e pelas questões coloniais. A política externa portuguesa, num contexto de mudança a nível internacional, é marcada por um problema que se prende com o armamento português. Neste sentido, Salazar procura alcançar o rearmamento português de forma a garantir a segurança das colónias e a defesa de Lisboa. A aproximação à Alemanha de Hitler é evidente, pois esta estava disposta a ajudar Portugal, ao contrário da Inglaterra, que perante a situação em que se encontrava a Espanha temia que Portugal estivesse simplesmente a planear envolver-se, e portanto não era do seu agrado rearmá-los.

Sendo assim, as questões-guia deste estudo foram: Que reacção tiveram Salazar e Monteiro – Ministro dos Negócios Estrangeiros (1935-1936) e embaixador de Portugal em Londres (1936-1943) –, perante Munique e o *Appeasement*? E que posição tomaram?

Sobre a questão de Danzig é preciso saber: Que posicionamento tinham os governantes portugueses sobre Danzig? Tiveram noção, por exemplo, que em Setembro de 1939 surgiria uma “*drôle de guerre*”? Porque declarou Portugal a neutralidade? Que influência teve a aliança com a Inglaterra nesta decisão? E a Alemanha, que opinião teve acerca desta neutralidade? A Espanha também contribuiu para a declaração da neutralidade?

No fundo, é necessário compreender os antecedentes do conflito a nível internacional, explicar a política interna portuguesa e o regime vigente neste contexto e verificar qual a posição de Portugal em todo este período, de modo compreender melhor a neutralidade que Portugal assumiu perante esta situação e porquê a assumiu.

Fontes e bibliografia: Os documentos que foram utilizados provêm essencialmente de dois arquivos: o Arquivo Histórico-Diplomático do Ministério dos Negócios Estrangeiros e o arquivo Salazar, que se encontra depositado nos Arquivos Nacionais – Torre do Tombo, ambos sediados em Lisboa.

Sendo assim, foi nos *Dez anos de política externa* e na *Correspondência entre Salazar e Armindo Monteiro* onde se encontraram os documentos mais importantes e necessários para este estudo. Procurou-se também preencher algumas lacunas recorrendo a fontes impressas – imprensa periódica –, e também a bibliografia secundária.

Conclusões: Em Setembro de 1939, e seguindo a sua política expansionista, Hitler invade a Polónia, reivindicando a cidade livre de Danzig e o corredor polaco.

Salazar, perante tal conflito, reage adoptando uma política de neutralidade mantendo Portugal afastado de um conflito internacional. Verificamos contudo que, para além de querer garantir a aliança secular com a Inglaterra, o seu ressentimento com as afirmações polacas sobre a gestão colonial portuguesa, feitas anteriormente, e o facto de existir alguma afinidade ideológica com a Alemanha nazi, desempenharão um papel importante na posição que Portugal teve no conflito germano-polaco. Não é por acaso que Salazar acreditava que a Alemanha tinha uma certa razão ao invadir a Polónia a 1 de Setembro de 1939.

Contudo, o facto de Salazar afirmar que a Alemanha tinha alguma razão ao ter invadido a Polónia, não foi motivo para que a neutralidade não fosse efectiva. Após um mês de ter começado o conflito que originou a segunda Grande Guerra Mundial, pode afirmar-se que Portugal tem uma posição neutra. Após um mês da derrota polaca, em 1939, “Salazar chegará a lamentar que «não se tenha levado a Polónia a aceitar as bases do discurso de Hitler (...) pois a guerra veio rebentar sobre questão em que a Alemanha tinha alguma razão»”. (LOFF, Manuel – *Salazarismo e Franquismo na época de Hitler (1936-1942)*. Porto: Campo das Letras, 1996, p. 234, MNE, 1970: Doc. N.º 123, Telegrama de Salazar a Monteiro, 9/10/1939.) A opinião de um governante de um país periférico no sistema internacional conta pouco para a política externa, no entanto pode contar para perceber o posicionamento político e ideológico do mesmo em relação ao conflito germano-polaco. Importante será também sublinhar o facto de, que um pequeno país como Portugal, historicamente receoso da anexação espanhola não assumia uma posição moral de solidariedade com a Polónia, ainda por cima, um país com um alto fervor católico. Uma das hipóteses possíveis, para entender esta questão, prende-se com o ressentimento que Salazar possa ter guardado em relação às reivindicações da Polónia na questão colonial, nos inícios dos anos 30, e em relação à forma como a Polónia criticou a gestão do Império Colonial português. Segundo Manuel Loff, “ao longo das campanhas revisionistas dos anos 30”, apercebemo-nos da existência de “reivindicações alemãs e até mesmo polacas”. (LOFF, Manuel – “*O nosso século é fascista!*” *O mundo visto por Salazar e Franco (1936-1945)*. Porto: Campo das Letras, 2008, p. 229.) De qualquer forma é também sabido que a Alemanha chegou a reivindicar colónias pertencentes a Portugal e, no entanto, tal parece não ter provocado grande ressentimento na percepção do Governo português relativamente à política nazi. A existência de algumas afinidades políticas e ideológicas entre estes dois regimes, salazarismo e nazismo, poderá explicar esta posição.

Em suma, quando se inicia o conflito germano-polaco, Portugal mantém com o Eixo – a Alemanha – laços ideológicos, com a Inglaterra interesses económicos e laços diplomáticos relevantes procedentes de uma aliança secular. Quanto à Espanha, convinha a Portugal contar com esta potência e manter uma neutralidade ibérica de forma a garantir a não entrada no conflito iniciado por Hitler a 1 de Setembro de 1939.

Orientador: Prof. Doutor Manuel Vicente de Sousa Lima Loff.

Provas Públicas: 16 de Dezembro de 2010

Autor: **Daniel Cravino Marques**

Título: *Portugal e Israel: O Estado Novo face à criação do Estado de Israel (1946-1953)*

Palavras-chave: Portugal, Israel, Médio Oriente, Judeus, Jerusalém.

Resumo:

Este é um resumo da dissertação de Mestrado em História Contemporânea realizada na FLUP e tem como objectivo analisar e caracterizar o processo de decisão política de Portugal face à criação do Estado de Israel, as orientações e motivações da política externa portuguesa e de Oliveira Salazar face ao conflito na Palestina, além das políticas externas de outros países que influíram na posição portuguesa durante os anos de 1946 até 1953. A delimitação cronológica apresentada deveu-se à necessidade de conhecer as condições imediatamente anteriores à criação do Estado de Israel e à forma como foram acompanhados os esforços dos movimentos sionistas pela diplomacia portuguesa em relação à criação do Estado israelita até 1953, sendo esta última data uma referência à delimitação da dissertação e não uma etapa final propriamente dita.

Sendo uma investigação inédita, a análise das fontes documentais incidiu essencialmente sobre fontes arquivísticas do Arquivo Histórico Diplomático do Ministério dos Negócios Estrangeiros (AHDME) e o Arquivo Oliveira Salazar (AOS) presente no Arquivo Nacional/Torre do Tombo (AN/TT). No arquivo do MNE, foram consultados os processos referentes a:

- Palestina/Israel;
- Judeus;
- Egipto;
- Relações com diversos países;
- Países com quem não se possuíam relações diplomáticas;
- Relatórios diplomáticos e consulares;
- Relações Comerciais;

No Arquivo Oliveira Salazar, consultaram-se os processos de:

- Correspondência com embaixadas portuguesas nos EUA, Egipto, Grã-Bretanha, Santa Sé;
- Correspondência oficial com os diplomatas Pedro Teotónio Pereira, Vasco Garin, António Séves;
- Correspondência particular com o presidente da Comunidade Israelita de Lisboa Moisés Ben-sabat Amzalak e com António Séves;

Procedeu-se à análise da correspondência entre António Oliveira Salazar e Pedro Teotónio Pereira, dos discursos de Oliveira Salazar do período pós-guerra e das memórias de Walter Eytan, primeiro director-geral do Ministério dos Negócios Estrangeiros israelita. Sendo este trabalho inédito, por carência completa de obras, limitando-se à existência de poucos mas importantes artigos, tais como o artigo de Jacob Abadi intitulado *Constraints and Adjustments in Portugal's Policy toward Israel*, publicado no *Middle Eastern Studies*, vol. 40 de 5 de Setembro de 2004, os artigos publicados de Manuela Franco sobre as relações entre Portugal e Israel, que contribuíram para começar a colmatar a lacuna historiográfica em relação ao tema.

Contexto internacional: A Europa do pós-guerra encontrava-se numa fase de recuperação da instabilidade sócio-económica da qual os governos europeus ocidentais temiam a ingerência da União Soviética e a influência dos partidos comunistas nas populações europeias. Washington estendia a sua influência com a implementação do Plano Marshall na Europa, e o fim do Império Britânico fazia-se sentir cada vez mais, em virtude dos tumultos nas suas várias possessões coloniais, em especial na Índia e no Médio Oriente. Nesta última região, Londres debatia-se com a emergência do nacionalismo árabe e as reivindicações do sionismo na Palestina.

Portugal face a Israel: A questão da luta na Palestina assumiu, desde o princípio, um carácter secundário na política externa portuguesa, em virtude dos poucos interesses nacionais existentes na região.

Acompanhando os desenvolvimentos da queda do Império Britânico na Índia e no Médio Oriente, além da emergência do pan-arabismo, das reivindicações sionistas para a Palestina e da presença do

socialismo no movimento sionista, Oliveira Salazar determinou o não envolvimento português na luta entre as facções. Suspeitando da Grã-Bretanha e da sua política externa de dividir para governar em relação à região, o Presidente do Conselho optou por manter alguma autonomia na sua acção diplomática, mesmo quando directamente interpelado por Londres. A ausência de um conjunto de normas fixas que regulassem o reconhecimento de estados, permitiu a Salazar possuir flexibilidade diplomática suficiente para ganhar tempo e evitar pressões na tomada de decisões. Lisboa mantinha-se afastada do conflito e da possibilidade de exploração de que seria alvo por parte das forças envolvidas caso tivesse tomado uma posição activa no desenrolar dos eventos no Médio Oriente. Curiosamente, a influência britânica não teve qualquer efeito sobre Salazar e, numa primeira fase – entre 1946 e 1948 – pode-se perceber que se aguarda pelo desenrolar do conflito e pela acção das grandes potências. A diplomacia portuguesa compreendeu que Londres pretendia manter e defender a sua posição no Canal do Suez em particular, e no Médio Oriente em geral. Mas a atitude de Londres não escapou a uma censura dos EUA sobre a presença britânica na região no decurso do incidente entre aviões ingleses e israelitas no deserto do Sinai. Washington constituía, cada vez mais, a nova força que gradualmente substituíra Londres.

Numa segunda fase – de 1949 a 1950 – e surpreendidos com a vitória judaica na Palestina, foi dada ênfase à posição da Santa Sé sobre a criação do Estado de Israel e ao projecto de internacionalização de Jerusalém e dos Lugares Santos. A orientação da política externa do Vaticano face aos judeus na Palestina antecedia a existência deste projecto, mas não desapareceu após a inviabilização deste. As reivindicações da Santa Sé consistiam na internacionalização de: a) Jerusalém, b) Lugares Santos (p. ex. Belém), c) Instituições Católicas na Palestina, d) Direitos adquiridos pelos cristãos (p. ex. cristãos peregrinos).

Como tal, tendo em conta o peso do Catolicismo em Portugal e em Salazar, não esquecendo a evolução das relações entre a Santa Sé e Portugal após-1940, o não reconhecimento do Estado de Israel deixou de ser sinónimo de neutralidade face ao conflito na Palestina – conforme o Secretário-Geral do MNE Vasco Cunha assim pretendia – mas sim uma adopção do mesmo posicionamento do Vaticano face à criação do Estado de Israel. No entanto, a adesão de Israel à ONU em Novembro de 1949 impossibilitou aquilo que, de acordo com a intenção do embaixador na Santa Sé, Tovar de Lemos, seria uma imposição de uma capitulação ao recém-criado estado.

A Espanha franquista, por sua vez, assumiu alguma importância durante este período de vigência do projecto de internacionalização. O cepticismo, por parte de Salazar, da viabilidade do projecto de internacionalização de Jerusalém por Madrid, devia-se à limitada margem de manobra diplomática espanhola, dado o isolamento internacional que padecia. Curiosamente, a diplomacia israelita acreditou, num primeiro momento, que o não reconhecimento por parte de Portugal, devia-se à posição adoptada por Israel face à Espanha franquista e ao seu envolvimento na 2ª Guerra Mundial ao lado das forças do Eixo, não esquecendo o tratamento dos refugiados judeus por Madrid. Apesar dos laços entre Portugal e Espanha, estes tiveram uma menor relevância na questão do não reconhecimento de Israel, sendo Madrid criticada pela diplomacia portuguesa na sua aproximação aos países árabes.

A questão do não reconhecimento não pode ser retirada do contexto do Médio Oriente e das relações entre os Estados que constituem o mundo muçulmano. Entramos na última fase – de 1951 a 1953.

Sucederam-se as transformações no Médio Oriente fruto do nacionalismo com o aparecimento de vários estados árabes. A emergência de Israel agudizou o sentimento de insatisfação do mundo árabe. Vendo ameaçados os seus interesses, Londres optou por procurar conquistar o Paquistão como aliado naquela região face à União Indiana. Estratégia a que Salazar aderiu com a abertura de uma embaixada em Carachi em 1953, tendo em mente a questão das possessões portuguesas na Índia. A política externa portuguesa orientou-se no sentido de não contrariar o mundo muçulmano e, por extensão, o mundo árabe. Como tal, proceder-se ao reconhecimento de Israel sem obter nenhum benefício não faria sentido algum na opinião do diplomata António de Séves (Legação do Cairo).

Mas esta prudência em relação ao Estado de Israel e à conjuntura árabe não obstam que Portugal vote favoravelmente na admissão de Israel à União Postal, apesar de esta acção e outras menos favoráveis, terem sido reflexo das decisões num espectro mais alargado das circunstâncias internacionais e

não uma intenção amigável em relação a Israel. Mantendo em mente todos estes factores, não constitui surpresa o despacho do ministro Paulo Cunha ao determinar que se mantivesse o não reconhecimento.

Paralelamente à questão política, salientam-se as negociações comerciais entre os dois estados: a) a caixotaria portuguesa que, apesar de estar longe de ser um sector estratégico para Portugal, foi vital para as exportações de citrinos israelitas (estes sim, eram um produto estratégico na sua economia) visto o país permanecer sob bloqueio económico dos países árabes vizinhos; b) a importância de propor um acordo comercial para a exportação da batata portuguesa entre 1951 e 1952. Prática diplomática que não deixaria de implicar um reconhecimento “de facto” do Estado israelita, porém os contornos da proposta comercial não agradaram a Tel Aviv e o negócio foi cancelado.

As exportações para Israel foram alvo da atenção da Repartição de Questões Económicas do MNE, a qual verificava cada vez mais as vantagens económicas oriundas de um acordo e reconhecimento do novo estado e para isso ressalta a necessidade de se estabelecer um reconhecimento.

Orientador: Prof. Doutor Manuel Vicente de Sousa Lima Loff

Provas Públicas: 20 de Dezembro de 2010

Autor: Manuel Joaquim Rodrigues Fitas

Título: *Seara Nova – Tempos de mudança... e de perseverança (1940-1958)*

Palavras-chave: Seara Nova, Cultura Portuguesa, Revistas culturais, Intelectuais, Oposição cultural ao regime salazarista

Resumo:

A análise da revista *Seara Nova*, no arco cronológico 1940-1958, constitui o objecto da dissertação. A conjuntura política nacional e internacional em mutação reflecte-se, inevitavelmente, na orientação da Revista que, através dos seus conteúdos, vai proceder a ajustamentos, quer para ultrapassar problemas impostos pela censura, quer para se manter actualizada face a outra imprensa que, em concorrência e recentes no mercado, assimilaram uma postura activa mais condizente com a actualidade.

Até que ponto a *Seara* vacilou em relação ao seu programa inicial (1921) face aos condicionalismos já referidos e ao afastamento dos seus principais doutrinadores – António Sérgio e Raúl Proença – é o objectivo deste nosso trabalho.

A metodologia assentou fundamentalmente nos seguintes pressupostos:

- Como terá reagido a *Seara Nova* ao afastamento de Jaime Cortesão, Raúl Proença (falecido em 1941) e António Sérgio, a elite fundadora da revista?

- Até que ponto a ausência destes nomes (sem dúvida, fortemente marcantes pela sua solidez intelectual e pelo forte cunho pessoal), provocou alterações qualitativas no comportamento da revista face aos novos acontecimentos políticos, ao endurecimento da censura e à política cultural do Estado Novo?

- Como reagiu o idealismo da *Seara*, de raiz iluminista, proponente da reforma das mentalidades das elites, face a outras correntes emergentes de pensamento, que configuravam um novo humanismo (neo-realismo) e que exigiam mais acção?, e teve como pilar principal a análise da própria *Seara Nova* (do n.º 647 ao n.º 1356/7/8), que compreende os anos de 1940 a 1958.

A consulta de trabalhos já realizados, para períodos precedentes ao do nosso estudo, ajudou-nos à compreensão dos propósitos que nortearam a sua fundação, à ideologia subjacente, bem como ao conjunto das principais figuras que moldaram a espinha dorsal da Revista, mas que também projectaram as suas ambições pessoais alicerçadas em convicções ideológicas diferentes e que provocaram discursos arrebatadores.

Assim, os trabalhos de António Rafael Amaro, *A Seara Nova nos anos vinte e trinta (1921-1939): memória, cultura e poder*, e de Sottomayor Cardia, *Seara Nova – Antologia (1921-1926)*, constituíram uma fonte preciosa para esse estudo.

Outras revistas coevas foram consultadas, com destaque para a *Vértice*, *Diabo* e *Sol Nascente*, portadoras de novas mensagens assentes num novo humanismo centrado nos problemas do homem comum.

As reflexões que fizemos do nosso estudo levam-nos a admitir que a *Seara Nova* manteve uma coesão ideológica próxima dos valores que sempre defendeu, por razões que se prendem com a persistência de alguns dos seus elementos, liderados por Câmara Reis, e que se traduziram na oposição ao regime salazarista, na promoção das liberdades cívicas, na defesa do valor da educação, na produção intelectual e na diversidade das temáticas, baseadas em pressupostos que tendiam a conduzir a sociedade portuguesa para a sua democratização, numa visão socialista, laica, de promoção da cultura popular, da opinião pública e da cidadania.

Foram homens de esperança e de perseverança que acreditaram que a razão, o compromisso e a força das ideias junto da opinião pública ajudaria a sustentar e a melhorar a democracia.

Orientadora: Prof^{ta} Doutora Maria da Conceição Coelho de Meireles Pereira.

Provas Públicas: 5 de Novembro de 2010.

Autor: Paulo Rogério de Sá Pinto Marques de Almeida

Título: *Favor, Recompensa e Controlo Social: Os Bairros de Casas Económicas do Porto (1935-1965)*

Palavras-chave: Habitação, Estado Novo, Porto (cidade), Urbanismo, Segregação.

Resumo:

A preocupação estatal com o “problema habitacional”, iniciada na República, prossegue de forma sistemática durante o Estado Novo, que começa por lançar um programa de acesso à propriedade privada, em regime de renda resolúvel, materializado em bairros de moradias unifamiliares, com quintal e logradouro, localizados nas periferias das principais cidades do país. Com o programa de casas económicas, o Estado passou a concentrar todos os processos de construção, urbanização, distribuição e manutenção das habitações, recorrendo à criação de um fundo gerido por uma subsecretaria da Presidência do Conselho, financiado em partes iguais pelo Estado e pelos municípios com forte tecido industrial, Porto e Lisboa, e depois também Coimbra e Almada, cuja função era definir o que se construía, procedendo igualmente à escolha e controlo das famílias contempladas.

No Porto foram construídos 12 bairros, entre 1935 e 1965, evidenciando a evolução do programa habitacional, tornado bastante oneroso para o erário público, mas vantajoso para as famílias. Apesar do investimento, a situação habitacional da cidade – proliferação de habitações populares insalubres e sobreocupação do centro histórico – não se alterou até à década de 1950, apesar de o regime, com a distribuição das casas, lograr a formação e manutenção de faixas de apoiantes entre as famílias contempladas, cujos chefes deveriam ser sócios dos sindicatos nacionais e funcionários públicos. Objecto de intensa propaganda, o programa de casas económicas, no Porto, destinou-se maioritariamente às famílias mais solventes, ligadas ao sector dos serviços, apesar de sucessivamente anunciado como empreendimento dirigido às famílias de menores recursos. Por isso mesmo, o programa foi alvo de grande procura, o que permitiu ao regime escolher e premiar as famílias que supostamente deveriam garantir fidelidade ao regime.

Orientador: Prof. Doutor Gaspar Manuel Martins Pereira

Provas Públicas: 12 de Novembro de 2010

Curso de Mestrado em História e Educação

Autor: Celestina Silepo

Título: *A Formação de Professores do Primeiro Ciclo do Ensino Secundário em Angola. O Caso do Instituto Garcia Neto (1975-2009).*

Palavras-chave: Angola, Formação de Professores, Profissão Docente, Instituto Garcia Neto.

O trabalho de investigação consistiu na análise de questões ligados a acontecimentos que marcaram a formação de professores não só depois da independência de Angola, em 11 de Novembro de 1975, mas de alguns momentos que marcaram a formação de professores no período em que Angola era província do Ultramar português.

O quadro metodológico assentou na análise documental, principalmente arquivada pelo Instituto Garcia Neto, que foi o campo de pesquisa, na entrevista de directores do instituto, professores e alunos, na análise sociográfica (mobilidade social segundo o género) e quantitativa (que permitiu saber estatisticamente a sucessão do número de alunos ao longo dos anos lectivos da investigação).

As fontes consultadas em Angola que fundamentam os resultados encontrados foram levantadas no arquivo da Escola de Formação de Professores do 2º Ciclo do Ensino Secundário Garcia Neto e noutras instituições oficiais, tais como: fichas individuais dos alunos com a 9ª classe; os relatórios semestrais e anuais; actas, planos de estudo; documentos orientadores sobre o funcionamento da educação; estatuto do Instituto Garcia Neto e regulamento; fotografias dos alunos; Ministério da Educação de Angola em algumas direcções adstritas: Direcção Nacional de Formação de Quadros e Ensino, onde foram providenciados dados e informações acerca da Formação de Professores em Angola, funcionamento dos Institutos Normais de Educação, (caso particular do Instituto Garcia Neto), Plano Mestre de Formação de Professores 2008/2015, Ensino a Distância em Angola; informação dos dados estatísticos dos anos lectivos estudados e relatórios de 1985/1989 e 1990/1991, diplomas legais de criação dos institutos normais, do ministério da educação, protocolos de cooperação na área de formação de professores, teses e resoluções do 1º Congresso do MPLA de 1977, boletins do militante (revista do MPLA) discursos do presidente José Eduardo dos Santos dos primeiros anos da década de 80, escola de formação de professores rurais ADPP, embaixada de Cuba, entrevistas aos directores sobreviventes que lideraram o Instituto Garcia Neto, professores e alunos.

As fontes consultadas em Portugal foram levantadas no Arquivo Nacional da Torre do Tombo (Processo de António Manuel Garcia Neto, Arquivo PIDE/DGS, 15 processos e a Ficha de Biografia Prisional), no Arquivo da Universidade de Coimbra, mais especificamente na Faculdade de Direito (ficha individual de António Manuel Garcia Neto), no Forte de Peniche, actualmente Museu de Peniche (acta de libertação de António Manuel Garcia Neto) e na cadeia de Caxias.

Durante o trabalho de pesquisa foi possível reconstituir-se a vida e obra de António Manuel Garcia Neto (1945-1977), entre 1961 a 1977. Com uma situação de vida marcada pelo colonialismo português, a história académica de Garcia Neto denotou uma consciência política, cultural e literária precoce (desde os 16 anos de idade). Foi protagonista de acções clandestinas, aliando-se a movimentos anti-coloniais que combatiam a ditadura salazarista. Foi um jovem do mundo académico que sempre se mostrou defensor dos ideais democráticos em Angola e Portugal. Foi um independentista nato que dedicou toda a sua vida à causa política sendo o seu trabalho reconhecido por organizações internacionais em prol dos direitos cívicos e políticos.

O sistema político, económico e social instaurado em 1975, definiu a sua política educativa (em 1977-1978): em 1977 realizou-se o 1º Congresso do MPLA onde foram aprovados os princípios de base para a reformulação do sistema de educação e ensino na República Popular de Angola, a prioridade foi para a formação de professores e a criação de vários cursos de ensino no sentido de quantificar e qualificar o pessoal docente. Os cursos então criados foram de formação acelerada, superação e requa-

lificação de professores. 1978 foi o ano da implementação e criação dos institutos nacionais de ensino e em que foi aberto o Instituto Garcia Neto, em Luanda.

Durante os 21 anos analisados matricularam-se cerca de 40.913 alunos. A evolução dos efectivos discentes inscritos no Instituto Garcia Neto na década de 80 regista uma maior frequência de alunos que tinham o 3º e 4º ano do liceu no período colonial e alunos trabalhadores estudantes do Ministério da Educação, que necessitavam de dar continuidade aos estudos para obtenção de uma certificação do nível médio. Verificou-se que o ano com o número de matrículas mais elevadas foi o de 1989/1990, com 1589 alunos. A década de 90 foi marcada pelo êxodo da população estudantil, provocado pela instabilidade política e militar, e em 1994/95 verificou-se o maior número de matrículas, com 3000 alunos. Nos anos lectivos de 2000 a 2009, e apesar do facto de possuir novas estruturas físicas, o número de alunos continuou a regredir, muito embora em 2000 se tenha registado um pico de alunos matriculados (3944). No período analisado, a procura foi maior e a oferta menor devido ao facto de na província de Luanda funcionar apenas um único instituto de formação média de educação.

O Instituto Garcia Neto funcionou como um complexo estudantil, na ex-escola S. José de Cluny que era pertença da igreja católica. Tinha um internato, uma cantina escolar, e uma escola anexa até 1996. Em 1997 o Instituto Garcia Neto funcionou com salas de aulas em instalações de outras escolas por falta de uma estrutura física, já a então existente foi devolvida à Igreja Católica. Funcionou depois com a solidariedade de várias instituições escolares: Instituto Médio Industrial de Luanda, escola do 1º nível do ensino primário nº204 e em núcleos repartidos por quatro diferentes escolas do 2º e 3º níveis do ensino geral.

Durante o período de 1977 a 1999 o Instituto Garcia Neto funcionou com cerca de 51 turmas provisórias, as salas de aulas na sua maioria encontravam-se localizadas nas diversas escolas, (1º de Maio, Ngola kiluanje, Ngola kanine e Juventude em Luta).

O Ministério da Educação, nos primeiros anos após a independência, adoptou um corpo docente estrangeiro, que trabalhou nos diferentes níveis de ensino em Angola. Nesta plataforma o Instituto Garcia Neto beneficiou de professores de diversas nacionalidades (cubanos, búlgaros, portugueses, congolezes, alemãs, checoslovacos, britânicos, zaienses, etc.).

Todas as reflexões e resultados da pesquisa tiveram por intuito compreender como a formação de professores contribuiu para a análise e solução dos problemas educacionais existentes em Angola. Esperamos que este estudo contribua para um melhor conhecimento da formação de professores em Angola e possa vir a ser aprofundado em próximas investigações.

Orientador: Prof. Doutor Luís Antunes Grosso Correia.

Provas Públicas: 25 de Março de 2011.

Autor: João Carlos Vilela da Cruz Moreira

Título: *Os Estudantes do Porto e a Resistência ao Estado Novo (1968-1974)*

Palavras-chave: Juventude, Anos 60, Movimento Estudantil, Extrema-Esquerda, Universidade do Porto.

Resumo:

Investigação sobre o movimento estudantil portuense na fase final do Estado Novo, o período marcelista, nela se tentam identificar as diversas tendências associativas desse movimento, a sua filiação ideológica, o seu preparo teórico-político, e as suas principais acções de sublevação e resistência. Integrando o movimento estudantil portuense no contexto de rebelião juvenil dos anos 60 e nas lutas estudantis que pontuam a história do Estado Novo, sobretudo a partir de 1956, e recorrendo quer a um vasto manancial de propaganda produzida pelas tendências associativas, quer às actas de sessões do Senado da Universidade e dos conselhos escolares de Letras e Medicina – únicas disponibilizadas ao

investigador em tempo útil –, concluiu-se pela relevância do movimento associativo, pela sua partição em três grandes tendências (pró-PCP, pró-PCP (m-l) e «esquerdista»), e identificaram-se várias acções de sublevação estudantil, salientando-se o *meeting* violento de Abril de 1973 contra o Festival de Coros Universitários e a agressão, em Novembro do mesmo ano, ao Director da Faculdade de Medicina da UP, como as que demonstram maior e mais aguerrida mobilização do estudantado.

Orientador: Prof. Doutor Luís Antunes Grosso Correia.

Provas Públicas: 26 de Novembro de 2010.

Autor: **Maria Leonor da Rocha Neto**

Título: ***O Instituto Nun'Alvares: Análise Histórico-Sociológica (1932-1970)***

Palavras-chave: Jesuítas, Colégio, Expulsão, Alunos, Repreensão.

Resumo:

O trabalho aborda a temática da cultura organizacional de um Colégio jesuíta numa perspectiva histórica entre os anos lectivos de 1932 e 1970.

Apesar de focarmos o nosso estudo num período compreendido entre 1932 e 1970, fizemos uma incursão pela história do Instituto Nun'Alvres em épocas anteriores com a finalidade de enquadrar e clarificar a temática abordada. Entre os diversos contextos organizacionais que têm constituído alvo de análise no domínio das abordagens culturais, a escola como organização emerge, no panorama internacional, como um dos contextos mais estudados. Numa primeira instância, elegemos como principais pontos de discussão, a identificação dos antecedentes teóricos da cultura organizacional escolar e a demarcação do seu apogeu investigativo no quadro económico e sócio-político. Assim, analisamos e discutimos o lugar do Instituto Nun'Alvres no quadro das abordagens culturais, sendo abordado sobretudo a cultura organizacional de uma instituição privada.

As raízes do Instituto Nun' Alvres procuram-se no antigo colégio de Campolide em Lisboa que foi forçado a encerrar, ao ser implantada a República de 1910, no nosso país. Na Bélgica, ressurgiu o colégio em Jette-Saint- Pierre, situado no antigo palácio em Dielighem, nos arredores de Bruxelas e ao qual se deu o nome de Instituto Nun'Alvres. Este Colégio com 50 alunos portugueses em regime de internato foi inaugurado a 7 de Novembro de 1912.

Com a Primeira Guerra Mundial, o Colégio foi forçado a procurar outros horizontes e em 1914 instalou-se em Espanha, em terras da Galiza, mais propriamente em Los Placeres, na província de Pontevedra. Após quatro anos, o Colégio aproxima-se ainda mais do território português e instala-se em La Guardia.

Em 1932, com o Decreto de 23 de Janeiro, o governo espanhol atinge a Companhia de Jesus, obriga à dispersão dos Jesuítas e à dissolução das actividades académicas e, consequentemente, professores e alunos são obrigados a voltar a Portugal no dia 6 de Fevereiro. A escolha do Hotel Termal das Caldas da Saúde impunha-se como solução imediata. Assim, na tarde do dia 6 de Fevereiro de 1932, o Colégio instala-se na casa que funcionara até então como hotel, nas Caldas da Saúde, Areias, Santo Tirso.

A nível educacional, estamos perante um Colégio Jesuíta, com princípios educativos singulares e cuja finalidade é formar os alunos numa dimensão pessoal, social e religiosa, tendo como fontes inspiradoras o projecto educativo de Santo Inácio de Loiola, os *Exercícios Espirituais*, a parte IV das *Constituições*, a *Ratio Studiorum* e o *Modus Parisiensis*.

A abordagem desenvolvida no estudo do Instituto Nun'Alvres, assenta num processo de identificação, avaliação e análise de uma massa informativa extensa que se repartiu por fontes documentais (arquivísticas, impressas e iconográficas). O nosso método de investigação, primeiramente incidiu sobre as fontes de base documental, como os Anuários e a revista “ O nosso Colégio”, para assim se

iniciar um processo de construção das estruturas formais e conceptuais permitindo-nos a identidade sócio-cultural do Colégio.

“O Anuário do Instituto Nun’Alvres” editado desde 1930 nas Caldas da Saúde, possuía toda a organização escolar incluindo matrículas, quadros de honra, associações apostólicas, horários escolares, e fotografias do próprio colégio. A revista “O nosso Colégio”, (revista tri-anual do “Instituto Nun’Alvres”), tinha como objectivo registar os principais acontecimentos da vida escolar dos alunos. Em Novembro de 1936 sai o primeiro número da revista “O nosso colégio” subordinado ao tema da “Celebração dos 25 anos do Instituto Nun’Alvres”.

Resumidamente deixamos algumas conclusões alcançadas no presente trabalho:

1.O Instituto Nun’Alvres foi fundado em 1912 como sucessor do Colégio de Campolide em terras belgas, tendo sido foi seu primeiro reitor o Padre António Vaz Serra.

2.O Colégio, instalado em Caldas da Saúde, esteve sempre com sucessivas modificações arquitectónicas para ampliação das salas de aula, sinal da sua expansão demográfica até final da década de 1960.

3.Os professores que leccionaram até 1960, foram, na sua maioria, padres ou irmãos Jesuítas. A partir desta década começaram a leccionar alguns professores externos à medida que se abriam as portas a alunos externos.

4. O Instituto assumiu como patrono Nuno Alvares Pereira, guerreiro destacado pela sua bravura na Batalha de Aljubarrota travada a 14 de Agosto de 1385, querendo com esse gesto enaltecer os princípios da fé e patriotismo personificados por este herói nacional.

5.No Instituto Nun’Alvres, para além das aulas, também havia actividades circum-escolares como teatro, música, desporto e outras organizadas pela Juventude Escolar Católica ou pela Mocidade Portuguesa (tais como paradas, acampamentos e sessões de ginástica).

6. Todos os alunos eram vigiados, e deviam cumprir com os deveres religiosos, exercícios de piedade, amor à família e ao próximo. Os rituais de entrada e saída das salas de aula, áreas privativas, corredores, eram vigiados, os alunos só podiam ser visitados pelas famílias com autorização da Direcção do colégio, havia uma restrição à circulação dentro do edifício e também em relação ao tipo de brincadeiras feitas na área de recreio. Os processos disciplinares eram direccionados para os alunos que transgrediam certas regras, sanções disciplinares que poderiam ir desde a mera repreensão até chegar mesmo à exclusão do aluno, caso houvesse insubordinação escandalosa.

Orientador: Prof. Doutor Luís Antunes Grosso Correia.

Provas Públicas: 23 de Abril de 2010.

Autor: Maria Idalina Azeredo Rodrigues

Título: *Ler História no Fundo Bibliográfico doado por Orlando Ribeiro ao Instituto de Geografia da Faculdade de Letras da Universidade do Porto.*

Palavras-chave: Orlando Ribeiro, História das Bibliotecas Privadas, História da Educação Superior, Historiografia.

Resumo:

Na elaboração do presente estudo, procuramos, numa primeira parte, organizar a informação segundo parâmetros que se articulam com o itinerário existencial de Orlando Ribeiro, o seu percurso académico e institucional, a sua produção científica. Na segunda, elaboramos um inventário minucioso do fundo bibliográfico por ele doado ao Instituto de Geografia da F.L.U.P.

Foi nosso propósito fazer o levantamento exaustivo e analisar de forma consistente o fundo bibliográfico legado pelo académico Orlando Ribeiro, tendo em conta a variedade temática que os livros encerravam. Face à nossa formação de base tentamos colocar em evidência as obras historiográficas, que integram este acervo bibliográfico, legado em vida ao Instituto de Geografia da FLUP, no ano de 1984.

Colocamos em relevo a figura de Orlando Ribeiro, de molde a conhecer melhor o homem, o percurso que o levou a passar por algumas universidades, já como investigador, já como docente, por onde foi deixando marca de relevo na vida social, política, académica, cultural, tornando-se um intelectual prestigiado no país e no estrangeiro.

Importante pareceu-nos a fixação em apêndice dos catálogos dos livros de História, revistas, disciplinas auxiliares da História, núcleo impresso e ainda os mapas mais significativos para uma melhor percepção dos diversos locais de proveniência das edições, que fazem parte da referida doação.

Procuramos construir uma metodologia de investigação assente na constituição de uma base de dados da qual constam as obras que Orlando Ribeiro legou ao Instituto de Geografia organizadas e classificadas segundo as respectivas temáticas, autores, títulos, lugares de edição e editores, data de publicação, apontando outros elementos imprescindíveis à boa identificação das espécies bibliográficas com as quais trabalhamos. Após este criterioso levantamento arrumado em base de dados tentaremos salientar os autores numericamente mais citados, saber da predominância da bibliografia em língua estrangeira, por nacionalidades.

A análise de conteúdo incidiu sobre documentos produzidos por Orlando Ribeiro tão variados como obras literárias, artigos de jornais, documentos oficiais, programas audiovisuais, declarações políticas, actas de reuniões e ainda relatórios de entrevistas.

Em termos metodológicos a nossa fonte principal obrigou-nos a olhar o acervo não somente no plano da reconstituição e quantificação temática mas, fazendo incursões no plano da avaliação do seu aproveitamento qualitativo, procurando daí tirar conclusões que permitiram conhecer mais profundamente os interesses e opções, enquanto investigador e professor, chegando à figura do intelectual Orlando Ribeiro. Debruçamo-nos de forma mais atenta sobre os livros de história, relacionando as temáticas abordadas, com a própria produção historiográfica de Orlando Ribeiro (artigos, livros e textos diversos). Todavia, para a reconstituição da produção científica de Orlando Ribeiro, foi necessário consultar a bibliografia disponível em bibliotecas universitárias, públicas, sobre distintas áreas da ciência, pela sua interdisciplinaridade e qualidade científica que o referido autor realizou ao longo da sua carreira. Foi por isso fundamental a consulta de toda a produção científica para podermos analisar sobre o nosso ponto de vista toda a historiografia de Orlando Ribeiro. Perseguindo tais objectivos, examinamos algumas fontes que fazem luz sobre a sua biografia, sobre o seu percurso científico, viajando com ele através da descrição de jornadas que ficaram no seu espólio e também através de estudos seus existentes noutras bibliotecas.

Pensamos ser este estudo um contributo válido para a comunidade académica pelas questões que se levantaram, onde a interdisciplinaridade toma grande relevo, procurando chamar a atenção para as muitas “portas” por ele abertas para a elaboração de novos estudos sobre Portugal, a História da Expansão e o Mundo.

Orientador: Prof. Doutor Luís Antunes Grosso Correia
Provas Públicas: 3 de Março de 2010

Autor: Rebeca Helena André

Título: *O Ensino de História em Angola: Balanço (1975 – 2009) e Prospectiva*

Palavras-chave: Sistema Educativo Angolano, Organização Curricular, Programa Curricular e Ensino de História, Identidade Cultural.

Resumo:

Tema: A dissertação reflecte a evolução histórica dos programas de ensino da História e procura compreender quais foram os factores que influenciaram a sua construção e que elementos dedicados à História de Angola foram representados em diferentes classes e ciclos de ensino.

A interpretação dos vários momentos da História de Angola começa a ser reflectida neste estudo, mas tornar-se-ia indispensável estender a análise ao período anterior à descolonização a fim de se ganhar eficácia e sustentar uma história da educação contínua. Os prazos académicos, porém, impediram isso.

Os programas curriculares de História são um instrumento didáctico de uso do professor. Integra no seu corpo teórico, entre outros, os objectivos gerais da disciplina de História, os conteúdos programáticos, esquema geral dos conteúdos, sugestões metodológicas, a avaliação, e a bibliografia. A partir deles, torna-se possível percebermos, à luz de teorias tradicionais, críticas e pós-críticas, as questões de saber, poder e identidade inerentes ao projecto curricular da disciplina de História.

Foram trabalhados os programas de História da 4ª à 12ª classe, no período de 1975 a 2009. Analisamos a documentação legal, produzida pelo Ministério da Educação, as políticas educativas traçadas nas duas reformas curriculares maiores desse período. Para dar maior firmeza às fontes de investigação, consultamos outros documentos e estudos do Ministério da Educação como, por exemplo: Educação Para Todos – O Desafio do Século XXI, Análise, Perspectivas e Estratégias para a Reformulação do Sistema de Educação de Base; os currículos do ensino primário e do ensino secundário e o plano de estudos do ensino de base e do ensino pré-universitário. Por outro lado, da parte do Ministério da Educação recebemos o manual sobre a metodologia do ensino da História (1985) e o plano mestre de formação de professores em Angola (2008). Mais adiante, tivemos que estender o nosso campo de recolha de documentos e analisámos o discurso do presidente Agostinho Neto no acto da proclamação da independência de Angola ao 11 de Novembro de 1975, na íntegra, seleccionando apenas as questões relacionadas com os desafios agendados para o sector da educação. Deslocámo-nos à sede do Movimento Popular de Libertação de Angola Partido do Trabalho (MPLA/PT), local de onde emanaram as principais orientações da política educativa e aí recolhemos orientações fundamentais para o desenvolvimento económico-social da República Popular de Angola saídas do I Congresso Extraordinário do MPLA/PT, as mensagens de José Eduardo dos Santos Presidente da República de Angola, entre outros.

Tivemos necessidade de consultar alguns documentos que intervieram na organização do subsistema do ensino superior, a fim de traçar um panorama geral do sistema educativo em Angola, focando todos os subsistemas de ensino. Para o efeito obtivemos outro documento como o “plano de implementação das linhas mestras para a melhoria da gestão do subsistema do ensino superior”, facto que muito contribuiu para compreender, no geral, as orientações da política educacional de Angola e das duas reformas educativas.

Ainda recolhemos alguns decretos, resoluções e leis os quais forneceram informações que permitiram seleccionar documentos diplomáticos relativos à educação e cultura. Foi indispensável visitar o Ministério das Relações Exteriores tendo sido consultados diversos documentos como protocolos, memorando, comunicação, planos, programas e acordos (de que não houve tempo para integrar na dissertação).

Os resultados da historiografia angolana ainda estão pouco presentes nos programas escolares de Angola, não se adequando às recomendações de apoio à leccionação dos temas constantes.

Ao recapitular os diversos momentos vividos neste trabalho, deparámo-nos com quatro períodos do ensino da História no sistema educativo angolano, caracterizados e agrupados em função de critérios de natureza organizativa e curricular e da relação aos diferentes contextos sociais:

1º Período: em 1975, a explosão escolar resultou em acções imediatas do Estado a partir do reconhecimento da situação social. A tendência de minorizar os conteúdos sobre Angola e África nos programas escolares representava uma permanência do quadro de ensino da história outrora (da colonização) exercido. São impulsionadas soluções imediatas, como o recrutamento de professores não qualificados e academicamente preparados, tendo-se ainda recorrido, através dos apoios diplomáticos e acordos de cooperação, a professores e técnicos cubanos. A República de Cuba foi o parceiro que, durante a Primeira República de Angola, colaborou e assegurou a educação e a gestão de ensino não universitário. Depois de aprovadas as normas para a instituição do novo sistema educativo, pós-independência, são acertados acordos com outros países, como a Bulgária, Brasil e Portugal. Este período termina em 1977 com I Congresso do MPLA/PT e a aprovação de novas políticas em educação.

2º Período: inicia-se em 1978, com a implementação do sistema educativo de base nacional. O ano de 1986 é considerado a etapa pelo Ministério da Educação (acomodado o sistema educativo, montado nos diferentes níveis de ensino e escolas do país) de estabilização do sistema educativo. Porém, o desmoronamento do Muro de Berlim (1989) veio atingir a política socialista mundial e, particularmente, a de Angola. No ramo da educação, foram efectuadas alterações nos programas curriculares de História, retirando-lhes as cargas ideológicas (teoria marxista). Dois anos depois (1991), foi reconhecida a necessidade de reformular o sistema educativo da primeira reforma, a partir do estudo da avaliação do processo educacional e dos resultados conferidos e apresentados com o apoio de consultores da UNICEF e técnicos do Ministério da Educação. Este período termina em 1991, com a identificação do fracasso do sistema em vigor.

3º Período: a partir de 1992, são registadas alterações nos programas curriculares de História nos anos lectivos de 1991/92, 1996 e 2001. Esta reorganização curricular, dos programas de ensino da História, destinava-se a aglomerar mais unidades temáticas, em favor de mais temáticas de ensino da História de Angola e de África. Este período termina em 2003, com o fim do exercício da primeira reforma educativa (1978).

4º Período: começa em 2004 com a implementação da reforma educativa aprovada em 2001. São activados e executados programas de formação de professores, de reforma da organização curricular e dos programas de ensino, de elaboração de manuais escolares, entre outros. Este período está em curso prevendo-se o seu final em 2012, com a generalização da reforma educativa a todas as classes do subsistema não universitário.

Orientador: Prof. Doutor Luís António Grosso Correia

Provas Públicas: 2 de Novembro de 2010

Curso de Mestrado em História Medieval e do Renascimento

Autor: Dirceu Marchini Neto

Título: *A Ordem do Hospital no Noroeste da Península Ibérica: Doações e Privilégios (Séculos XII – XV)*

Palavras-chave: Ordem do Hospital, Ordens Militares, Privilégios, Doações, Península Ibérica.

Resumo:

A Ordem do Hospital foi fundada na transição do século XI para o XII, como um fenómeno ligado ao movimento de Cruzada. As ordens militares eram instituições religiosas da Igreja cristã latina e as suas funções primordiais eram a defesa e a expansão da Cristandade ocidental frente ao Islão e aos demais povos infieis, pagãos ou heréticos. Além destes objetivos, a Ordem de São João de Jerusalém ou do Hospital cumpriu um programa assistencial, que lhe conferiu uma forte originalidade. Logo após serem fundadas, algumas ordens militares – onde se inclui a Ordem dos Hospitalários – adquiriram forte poder social, político e económico.

A Ordem de São João de Jerusalém, ou do Hospital, como também era conhecida, nasceu em Jerusalém como uma ordem religiosa hospitalária, que estava dedicada ao cuidado dos pobres, enfermos e peregrinos. No ano 1113, obteve a aprovação do Papa, passando a ser dependente diretamente do Sumo Pontífice, e ainda no século XII transformou-se numa ordem militar devido às urgentes necessi-

dades defensivas das terras cristãs do Oriente Latino. Entretanto, apesar da sua militarização, a Ordem nunca perdeu a sua primordial característica assistencial. Esta instituição religiosa converteu-se num dos grandes poderes atuantes nos reinos e principados do Mediterrâneo oriental, contribuindo ativamente para a defesa frente aos muçulmanos. Em poucos anos, os Hospitalários expandiram-se por todo o Ocidente europeu, passando a ser uma ordem militar supranacional. O seu oficial hierarquicamente superior era o grão-mestre, que era eleito para um mandato vitalício. O poder deste grão-mestre era equilibrado pela existência de um órgão colegial, chamado Capítulo Geral, que se reunia com frequência. Os membros masculinos da Ordem dividiam-se em cavaleiros, capelães e sargentos/serventes de armas. Também havia membros femininos na instituição, que viviam em conventos próprios.

Na Península Ibérica, as ordens militares também tiveram uma significativa presença durante a Idade Média. O processo de reconquista territorial movido pelos reinos ibéricos favoreceu muito o desenvolvimento das ordens militares nessa região.

As possessões hospitalárias na Europa tinham como objetivo prioritário proporcionar recursos materiais e humanos necessários para o sustento do convento central da Ordem no Mediterrâneo oriental, que era o seu centro administrativo e principal local de operações. Esse património da Ordem do Hospital formou-se sobretudo a partir de doações e agrupava-se em Línguas, Priorados, Comendas e Bailias, de acordo com distintos níveis hierárquicos de gestão.

São as doações e privilégios régios e pontifícios que formam o tema central desta dissertação de mestrado. Quando nos propusemos estudar a Ordem do Hospital, percebemos que seria interessante (e de certo modo importante) fazermos uma pesquisa acerca dos privilégios dos ramos galego e português da Ordem para, desta forma, podermos analisar as semelhanças e diferenças entre os Hospitalários de Portugal e os da Galiza. Assim, uma primeira parte desta dissertação representa um esforço de síntese sobre a Ordem, a partir de trabalhos já conhecidos. Por sua vez, a segunda parte é mais inovadora, pelo potencial de comparação com a Galiza. Este aspecto torna-se muito importante, dada a articulação que estes dois territórios tinham em tempos medievais.

No primeiro capítulo desta dissertação, explicamos como se originou e desenvolveu a ideia e o movimento de Cruzada, analisamos o surgimento da Ordem do Hospital na Terra Santa, as suas funções e, por fim, explanamos algumas considerações sobre a instalação da Ordem na Península Ibérica.

O segundo capítulo contém um estudo pormenorizado da formação do património hospitalário na região da Galiza situada no noroeste peninsular. Começamos o capítulo explicando que em terras galegas as comendas da Ordem se formaram ao longo dos caminhos de Santiago. Discorremos sobre cada caminho e sobre cada comenda, citamos as principais doações particulares, régias e pontifícias e enfatizamos a questão do recebimento dos bens das ordens do Templo e do Santo Sepulcro.

No capítulo III, analisamos a instalação e o desenvolvimento da Ordem de São João de Jerusalém em Portugal. Citamos e explicamos os principais privilégios régios e pontifícios, mesclando fontes bibliográficas com fontes documentais. Contudo, não fizemos um estudo minucioso acerca das comendas e dos bens hospitalários em Portugal, tendo em vista que o território português era consideravelmente mais extenso que o galego.

No último capítulo, comparamos os dois ramos da Ordem do Hospital estudados, o da Galiza e o de Portugal, e apresentamos algumas semelhanças e diferenças entre cada um. Nesta parte analisamos, por exemplo, as questões da data da implantação da Ordem em cada território, da sua militarização, da semelhança entre as doações e privilégios recebidos de monarcas e de papas e, mais uma vez, refletimos sobre o recebimento dos bens templários.

Acerca das fontes documentais impressas e publicadas, analisamos principalmente as obras: “Las Encomendas Gallegas de La Orden Militar de San Juan de Jerusalén: Época Medieval”, de Isidro García Tato, e o “Libro de Privilegios de La Orden de San Juan de Jerusalén en Castilla y León (siglos XII-XV)”, de Carlos de Ayala Martínez, as quais são obras que possuem documentação medieval (relacionada aos Hospitalários ibéricos) devidamente transcrita.

Como anexos, apresentamos a transcrição paleográfica de excertos de dois documentos relacionados com a Ordem do Hospital em Portugal: o “Livro dos Herdamentos e Doações do Mosteiro de

Leça” (conservado no Arquivo Nacional da Torre do Tombo), pertencente à Coleção Costa Basto e catalogado com o número 4, e a “Regra da Ordem de São João de Jerusalém” (guardada na Biblioteca da Ajuda), catalogada com o código 49-II-32. Entendemos conveniente fazer a transcrição paleográfica de dezoito fólios do Livro de Herdamentos e Doações do Mosteiro de Leça e dos fólios 245 a 258 da Regra da Ordem de São João de Jerusalém (cópia redigida no século XVIII). Os fólios transcritos desses documentos referem-se à documentação régia e pontifícia que beneficia o ramo português da Ordem do Hospital.

Orientadora: Prof^ª. Doutora Paula Maria de Carvalho Pinto Costa
Provas Públicas: 22 de Junho de 2010

Autor: Duarte Gil Oliveira Nunes

Título: *A comenda de Noudar da Ordem de Avis no final da Idade Média*

Palavras-chave: Comenda, Noudar, Idade Média, Avis.

Resumo:

A dissertação de mestrado que apresentamos tem como título: A comenda de Noudar da Ordem de Avis no final da Idade Média.

Este trabalho está dividido em três partes, a saber: a Ordem de Avis enquanto instituição de contextualização, pois Noudar constituía uma comenda desta organização, a localização estratégica deste núcleo comendatário e a sua importância militar e, por fim, a sua dinâmica económica. Os dois últimos aspectos resultam sobretudo da localização fronteiriça das terras que constituíam a comenda de Noudar.

Do ponto de vista documental, o objectivo consistiu em reunir a documentação sobre esta comenda registada na Chancelaria de D. Afonso V e proceder à sua leitura e transcrição paleográfica, tendo em vista a sua publicação em anexo.

A perspectiva régia sobre a comenda de Noudar é especialmente sugestiva se tivermos em consideração o valor geo-estratégico da comenda, bem como o estatuto da própria Ordem de Avis no século XV, a par da relação que mantinha com a monarquia. Com efeito, desde 1434, esta Ordem Religioso-Militar estava entregue à administração da família real, tendo sido o infante D. Fernando o seu primeiro governador. Saliente-se que a condição fronteiriça do território da comenda de Noudar aumenta o interesse desta leitura na perspectiva da monarquia, pois ali funcionava um couro de homiziados, o que teve relevância para o percurso militar e económico da própria comenda.

O quadro teórico-metodológico subjacente a este trabalho académico proporcionou a consolidação do conhecimento sobre a matéria estudada. Neste sentido, permitiu perceber melhor a importância do papel das Ordens Militares na fronteira com Castela e a articulação entre estas instituições e os objectivos da monarquia para um espaço deste perfil. Por fim, outro aspecto importante consistiu na abordagem de uma comenda enquanto expressão de poder e não apenas enquanto núcleo proporcionador de um determinado rendimento económico.

Orientadora: Prof^ª. Doutora Paula Maria de Carvalho Pinto Costa
Provas Públicas: 23 de Novembro de 2010

Curso de Mestrado em História e Património

Autor: **Carla Sofia Batista Caldas**

Título: *O rio Douro e a cidade do Porto no século XIX: vinte e duas gravuras da colecção do Engenheiro Monteiro de Andrade (Projecto de Estágio)*

Palavras-chave: Gravura, Porto, século XIX.

Resumo:

No âmbito do Mestrado em História e Património – Mediação Patrimonial desenvolveu-se um projecto de investigação cujo ponto central era o de estudo de uma colecção de gravuras de uma colecção particular propriedade do Engenheiro Monteiro de Andrade que retratava diversos aspectos da realidade da cidade do Porto no século XIX.

O estágio decorreu no Arquivo Histórico Municipal do Porto (AHMP) no Sector de Arquivos e Colecções 1, dado que o Arquivo recebera por tempo limitado, a colecção particular indicada, com o intuito de ser limpa e restaurada. Sob a orientação da Dr^a Rute Reimão, o estágio consistiu na descrição e análise do conteúdo das gravuras, procurando descobrir as linhas orientadoras do espólio.

Assim sendo, o relatório de estágio debruçou-se mais especificamente sobre um produto final inédito, tendo, ainda, como objectivo, sublinhar os contributos curriculares e a sua articulação com os objectos que seriam alvo de mediação patrimonial – as gravuras

A investigação realizada teve, com efeito, como objectivo principal a preparação da exposição temporária (“O Rio e a Cidade no século XIX”, que depois evoluiu para “O Porto Oitocentista nas Gravuras da Colecção Monteiro de Andrade”) sendo certo que o estágio teve, como fio condutor, o enquadramento histórico da cidade do Porto, na transição dos séculos XVIII para XIX.

Metodologicamente, procurou-se cruzar a informação bibliográfica que contextualiza e justifica as opções estruturadoras da exposição proposta, com o trabalho técnico e de aplicação de conhecimentos adquiridos num trabalho prático, laboratorial e de contacto com as múltiplas valências da Instituição/Arquivo. O trabalho conceptual (pesquisa e estruturação da exibição) presidiu o trabalho de campo e este respondeu aos próprios elementos identificados e organizados em função da concepção.

Um primeiro capítulo debruçou-se sobre a instituição de estágio propriamente dita, onde se expôs a sua estrutura orgânico-funcional, com especial destaque para o sector de Arquivos e Colecções, local onde se fez todo o projecto e investigação para a concretização da exposição, passando-se depois para a apresentação do plano de estágio e eventuais desvios por ele sofridos, ao longo dos meses em que se trabalhou na instituição.

O capítulo seguinte debruçou-se sobre a gravura em geral. Apresenta-se a definição de gravura original, distinguindo-a de outro tipo de gravuras e de outras formas de expressão artística. Segue-se a apresentação de uma breve história da gravura, dos seus mais significativos representantes que contribuíram para a sua evolução, quer através da invenção de novas técnicas, quer aperfeiçoando as já existentes. Neste ponto, deu-se uma atenção especial à gravura do século XIX, já que a colecção integra, maioritariamente, gravuras desse século.

Segue-se a apresentação do trabalho realizado na instituição de estágio, a documentação consultada e as razões para essa consulta, as respostas obtidas, as dúvidas entretanto surgidas e os métodos utilizados para a sua resolução.

O ponto seguinte trata do ponto fulcral deste projecto: a colecção do Sr. Engenheiro Monteiro de Andrade (doravante designada por Monteiro de Andrade). Abordada a constituição da colecção e a sua origem, segue-se uma análise do corpo das gravuras, a descrição das gravuras seleccionadas para a exposição e os respectivos critérios de selecção, sendo certo que estes se justificam tendo em conta a estruturação da exposição na abordagem do Porto Oitocentista, em particular de uma focagem especial sobre traços da sua identidade: o rio e as suas margens.

Segue-se o ponto dedicado à preparação e montagem da exposição propriamente dita. Nele tem-se em conta os diferentes públicos que frequentam a Casa do Infante, escolhendo ao mesmo tempo um público-alvo, sem esquecer outros potenciais visitantes. A elaboração, criteriosa, dos textos e das legendas para a exposição, será outro ponto a abordar neste relatório.

Um dos produtos mais relevantes do trabalho desenvolvido, foi o contributo da investigação para a montagem de uma exposição patente no AHMP de 16 de Outubro a 31 de Dezembro de 2009 – “O Porto Oitocentista nas Gravuras da Coleção Monteiro de Andrade”

O trabalho realizado entre Outubro de 2008 e Maio de 2009 permitiu um aprofundamento da realidade do Porto Oitocentista ao mesmo tempo que incentivou a aquisição de conhecimentos sobre a gravura, elemento chave, tecnicamente incontornável para compreender as técnicas adoptadas à época. Apesar de não ter sido possível efectuar um estudo profundo sobre esta técnica, o que se descobriu e aprendeu contribuiu de forma decisiva para uma melhor inteligibilidade da gravura enquanto obra artística, as suas condicionantes, técnicas e humanas, uma vez que a sua produção foi fortemente influenciada pela realidade particular de cada país, tendo, assim condicionado o seu desenvolvimento e aperfeiçoamento.

A fase do projecto desenvolvido no AHMP/Casa do Infante, correspondente ao trabalho com as gravuras da colecção de Monteiro de Andrade, não pôde ignorar a conceptualização de ideias chave em torno do Porto Oitocentista, e provocou, em simultâneo, a definição de temas possíveis de abordar a partir de cada gravura: o rio e o Porto Oitocentista.

Seguiu-se a selecção das peças, tendo em conta os critérios já referidos neste relatório, e a realização de textos para a exposição e para o catálogo, tendo em conta os diferentes públicos que frequentam o AHMP/Casa do Infante. Se é certo que procuramos aprofundar quadros contextualizadores, pareceu-nos ser uma medida válida para futuros catálogos que servissem um público com conhecimentos mais elaborados e cientificamente exigente. A partir deste processo pareceu-nos que qualquer fase de tratamento de informação que se aproximasse de públicos mais jovens ou infantis seria passível de concretização. Neste caso, uma ficha de visita que apele à inventariação de sinais de transporte (no rio e fora dele), de pessoas e vestuários (crianças) ou de pontos de observação, como a posição do olhar do produtor ou a localização dos lugares na planta redonda (jovens) serão desafios de fácil execução.

Orientadora: Prof^a Doutora Maria Inês Ferreira de Amorim Brandão da Silva.

Provas Públicas: 23 de Novembro de 2009

Autor: José Delfim de Azevedo Gomes de Oliveira

Título: *Muros de Granito em GOUVEIA (Rota dos Penedos Mouros)*

Palavras-chave: História, Património, Arquitectura tradicional, Rota, Muros de granito.

Resumo:

No âmbito do Curso de Mestrado de História e Património da FLUP, propusemo-nos estudar “Os Muros de Granito em Gouveia (Rota dos Penedos Mouros)”. Uma abordagem que decorre de um percurso profissional e científico, porque se impõe um estudo contextualizado dos materiais que, aparentemente marcadores de limites territoriais, merecerão alguma inteligibilidade.

Uma narrativa histórica classifica Gouveia como uma terra com passado, antiga, e, como tal, dá-lhe legitimidade para lhe conferir identidade própria. Há que reavaliar essas memórias, creditar a sua dimensão espaço – temporal. Que a população que habitou o território aproveitou esse mesmo território e o potencializou em benefício próprio e comum, deixando marcas e interferindo na paisagem, é um percurso a avaliar neste estudo. Que a forma como se relacionou com o território durante o século XX tem a ver com contextos locais, regionais, nacionais e globais merece um estudo fundamentado em que procuramos contribuir.

Os muros serpenteiam na paisagem e interrogam-nos. Que significados, que funcionalidades, ontem ou ainda hoje? Os vestígios, porque alguns traços foram cortados, indicam perdas de memória. Todavia, é sobre estas mesmas perdas que recuperamos memórias.

Procuramos verificar se no concelho de Gouveia, e talvez noutras regiões do país, se faz um esforço de salvaguarda dos muros de granito, tantas vezes vilipendiados. Defende-se, ao reconstituírem-se a sua funcionalidade, que englobados numa estrutura patrimonial ampla podem ser protegidos e revalorizados, a bem das populações locais e do todo nacional. Daí resultar a nossa vontade para a sua classificação. Sugerimos integrar os muros na Rota da Lã, Projecto Translana, dirigido pelo Museu dos Lanifícios da Universidade da Beira Interior

Entre as diferentes perspectivas de abordagem do património, aquela que resulta de mais estruturante e com maior potencial parece-nos ser a do património associado, na qual poderemos inserir os muros de granito, visto serem um património móvel e imóvel. Móvel porque os executantes desses muros passaram as suas memórias às gerações procedentes e imóvel pelo material utilizado e pela técnica aplicada donde resultou uma arquitectura própria.

Assim, consideramos que os muros de granito em Gouveia, como património vernacular, poderão constituir parte integrante a merecer uma atenção mais cuidada da rede municipal de percursos pedestres de Gouveia onde já se inserem: A Rota dos Galhardos, a Rota dos Caminhos da Fé e a Rota dos Penedos Mouros. Os percursos pedestres aparecem-nos caracterizados “como traçados pela própria natureza, levando-nos ao encontro de um património natural, cultural e histórico extremamente rico”.

Através do mapa do percurso poderemos verificar que o conceito de património associado é de grande relevância. Gouveia possui já estruturas culturais como museus, bibliotecas, associações culturais e recreativas em número suficiente que podem e devem estar interligadas em benefício das suas gentes, da região e do todo nacional.

Neste percurso, de reconstrução contextual, entre o arqueológico e o histórico, exige-se uma lógica de reconstrução histórico – antropológica do espaço, porque investigar significa “conferir valor”.

Assim, falta fazer o inventário desses muros, dos materiais, das técnicas, das argamassas de assentamento e revestimento, como dos principais sistemas de construção no que respeita ao património imóvel, e da linguagem dos pedreiros no que diz respeito ao património móvel.

A pesquisa bibliográfica, documental (alguns manuscritos e impressos) e o registo fotográfico fundamentam a informação contextual. A informação encontrou-se no Arquivo Histórico de Gouveia.

O trabalho de campo, percorrendo e avaliando os circuitos, exigiu a aplicação de fichas técnicas referentes aos muros, paredes murárias e construções de índole religiosas.

Finalmente, as entrevistas junto dos agentes institucionais (autarquias, museu, associações) e profissionais (essencialmente pedreiros) vieram consolidar, quer as pesquisas documentais, quer o trabalho de campo.

Metodologicamente, o universo terminológico sobre os muros aponta para um percurso de investigação possibilitando possíveis critérios de classificação e intervenção no seu restauro.

Os resultados do trabalho assentam em três núcleos. No primeiro, após uma apresentação geográfica da área, procura-se justificar a razão de ser das estruturas da organização do espaço, ou seja, perceber em que medida o quadro geo – morfológico e biológico fundamentam os usos do solo e a sua economia. Num segundo momento procura-se entender o quadro normativo e técnico da construção dos muros/paredes murárias e o uso de uma linguagem própria por parte dos executantes dessas obras, provenientes de duas famílias de Vinhó e Moimenta da Serra, como seja a família Borges e a família Figueiredo, com quem desenvolvemos entrevistas. Por fim, a análise da aplicação destas técnicas num caso concreto, o estudo ao longo de 18 km na Rota dos Penedos Mouros, quer na esfera privada ou colectiva, quer de índole religiosa ou profana. Foi realizado um inventário exaustivo dos muros e outras construções em granito e o respectivo enquadramento paisagístico. A Rota dos Penedos Mouros contém cerca de 4km de muros/paredes murárias.

Divulgação dos resultados: Da apresentação pública, efectuada em Março de 2010, na Biblioteca Vergílio Ferreira, em Gouveia, com a presença da responsável pelo pelouro da Cultura da Câmara

Municipal de Gouveia, Presidentes de Junta, Professores da Escola Secundária, Alunos e público em geral, resultou, por parte do elemento da autarquia, sensibilidade e disponibilidade para a abordagem da classificação dos Muros de Granito.

Orientadora: Prof^ª Doutora Nicole Devy Vareta

Provas Públicas: 11 de Dezembro de 2009

Autor: Rute Maria Pereira Amaral

Título: *Reordenamento do território e elites – O concelho de Cinfães no século XIX (1836-1858)*

Palavras-chave: Liberalismo, reordenamento do território, administração, elite municipal, poder local.

Resumo:

Com o estudo apresentado, pretendemos traçar as mutações administrativas ocorridas no actual concelho de Cinfães, no período que decorreu entre 1836-1858.

O período cronológico a abordar, de 1836 até 1858, relaciona-se com a legislação produzida que pretendia conduzir a alterações consequentes enérgicas e eficazes no reordenamento do território. O ano de 1836, como data de início do estudo, justifica-se devido à primeira alteração efectiva no espaço administrativo em estudo, com a publicação do decreto de 6 de Novembro de 1836.

O ano de 1858, terminus deste estudo, justifica-se por possibilitar analisar as prováveis mutações ocorridas pelo decreto de 24 de Outubro de 1855, que levou a cabo o grande objectivo, que vinha a ser desenhado desde a década de 30, de diminuição do número de concelhos e extinção dos mais pequenos. Afinal, os concelhos de pequena dimensão e reduzido número de fogos eram incapazes de cumprir e fazer cumprir o código administrativo de 1842, por não terem meios físicos, humanos nem financeiros suficientes. A escolha terminus do nosso estudo, será, assim o ano de 1858, por pretendermos avaliar as consequências daquela medida, ao longo de 3 anos após a redefinição do espaço em estudo.

A escolha do concelho de Cinfães, com os limites administrativos actuais (hoje com 238,76 metros quadrados, situado numa posição do interior, distrito de Viseu), prende-se com o conhecimento da existência de mutações sucessivas prévias nas circunscrições administrativas que se aproximam das do actual concelho de Cinfães. O que se sabe, é que, neste espaço existiam cinco concelhos, no ano de 1834: Ferreiros de Tendais, Tendais, Cinfães, S. Cristóvão de Nogueira e Sanfins. Durante os anos de 1836 e 1855 quatro desses concelhos foram extintos de forma integral, sendo estes anexados ao concelho de Cinfães, doravante a “cabeça de concelho”.

Nesta averiguação, partia-se da possibilidade de terem existido reacções locais, decorrentes do processo legislativo, que conduziu a uma nova divisão nacional concelhia, assim como fricções no cumprimento da legislação relativa ao processo eleitoral, funções e atribuições da elite governativa. Assim, procurou-se averiguar as possíveis mutações sociais, económicas e políticas decorrentes das competências do concelho criado, investigar as reacções locais a essas mutações, os discursos locais, e compreender os factores que contribuíram para a aceitação, ou não, do decretado, testar a influência das elites locais face ao poder central (afrontamentos ou aceitação das alterações), analisar, enfim, as consequências das mutações administrativas na constituição da elite local. Em última análise, considerámos ser pertinente avaliar a eficácia da tentativa de uniformização das leis nacionais que pretendiam terminar com os particularismos na governação dos municípios, isto é, a imposição de uma nova ordem institucional, que trouxesse uma maior racionalidade e eficácia, para servir um Estado Constitucional, que se queria uno e coeso.

O trabalho encontra-se dividido em duas partes. Na primeira parte foi efectuada a contextualização histórica e territorial, avaliando os processos legislativos, e deliberações centrais referentes à administração local. Na segunda parte, num primeiro momento, a reconstituição do processo de reordenamento

do território (sucessivas anexações e configurações) através do arrumar de lugares e freguesias, visíveis em cartografia; num segundo momento as competências e a identificação das elites administrativas, sendo efectuada a reconstrução do quadro orgânico da administração local e apresentada a elite local e as suas mutações (substituição de figuras) decorrentes das alterações administrativas.

No início deste projecto estabelecemos determinados objectivos que poderiam ser atingidos através de fontes que considerávamos necessárias para o seu desenvolvimento. Contudo, o percurso delineado foi um pouco conturbado devido à não localização de algumas informações que poderiam ser determinantes e, à partida, consideradas essenciais para o desenvolvimento e resposta às problemáticas enunciadas. Sem nos alongarmos sobre este ponto, parece-nos ser legítimo considerar que as sucessivas oscilações dos limites dos concelhos, o passado deste território, terá tido algumas consequências no desaparecimento de documentação, a que não será alheia a desorientação na organização do arquivo distrital de Viseu, ou o da diocese, e mesmo a forma caótica dos processos no arquivo parlamentar.

Para o estudo foram assim utilizadas fontes impressas como o Código Administrativo de 31 de Dezembro de 1836 de Passos Manuel, Código Administrativo de 1842 de Costa Cabral, Actas das Câmaras dos Senhores Deputados de 1822-1855, Actas das Cortes Geraes Extraordinárias, e Constituintes da Nação Portuguesa de 1837-1838, Decretos n.º 22, 23 e 24 de 1832 de Mouzinho da Silveira, Decreto de 1833, Decreto de 6 de Novembro de 1836, Diário do Governo, Diário do Governo, Cortes Gerais e Constituintes da Nação Portuguesa, anno de 1837, 6 de Maio, Decreto de 24 de Outubro de 1855, Collecção Official de Legislação Portuguesa (1855) Imprensa Nacional, Lisboa 1856, Memórias Paroquiais in TT-online: Alhões, Bustelo, Escamarão, Espadanedo, Ramires, Fornelos, Gralheira, Moimenta, Nespereira, Nespereira St Marinha, S. Cristóvão de Nogueira, Ermida, Oliveira, Piães, Cinfães, Souselo, Tarouquela, Tendais, Travanca. Relativamente a fontes manuscritas, estas foram pesquisadas no Arquivo Morto da Câmara Municipal de Cinfães, Arquivo Distrital de Viseu e Arquivo Histórico Parlamentar de Portugal. Pesquisamos em documentos de origem eleitoral, processos eleitorais, actas e cadernos eleitorais, em representações de câmaras ao Governo Civil e à Câmara dos Senhores Deputados, Comissões e Petições, correspondência das câmaras municipais também à Câmara dos Senhores Deputados e actas de vereação do concelho de Cinfães e concelhos extintos anexados pelo mesmo.

As fontes mencionadas tiveram, necessariamente, consoante os seus conteúdos e os nossos objectivos, de obedecer a um tratamento que permitisse a síntese informativa, a sua análise e subsequente produção de informação.

Seguimos em todo o processo a seguinte ordem metodológica, primeiramente identificação da legislação nacional e decretos referentes ao espaço em estudo, que passamos através das fontes já referidas a averiguar como essa legislação era aplicada nesse espaço concreto, através de tabelas de cruzamento e comparação de dados. De seguida através dos dados recolhidos conseguir perceber as mutações por ela implicada e as reacções a essas mutações.

Os resultados desta investigação verificámos duas grandes mudanças na configuração no espaço, fruto das petições dos habitantes dos concelhos e freguesias anexados. Ao traçarmos estas mutações apercebemo-nos dos critérios que pesaram mais nessas decisões de arredondamentos ou absorções territoriais e os resultados são visíveis em cartografia apropriada, baseada em toponímia geo-refrenciadas..

No que concerne à reestruturação dos limites do concelho de Cinfães este foi de encontro à racionalização na administração do território levada a cabo pela administração central, decorrendo no espaço em estudo entre o decreto de 6 de Novembro de 1836 e 24 de Outubro de 1855. Verificou-se neste espaço, onde existiam 5 concelhos, numa primeira etapa a extinção de 2, Tendais e S. Cristóvão de Nogueira, em 1836, e numa segunda etapa, em 1855, a extinção de mais 2, Sanfins e Ferreiros de Tendais. Nos dois casos verificou-se como critério para o concelho que prevaleceu como “cabeça de concelho” a centralidade. Também observamos que a hidrografia teria funcionado como condicionante, pois com a anexação dos concelhos por Cinfães e não de outros, os rios Douro, Cabrum, Ardena e Paiva, tornaram-se ontem, como hoje, os limites desse concelho com os concelhos vizinhos, tendência de alguma forma natural que já se havia observado aquando da anexação dos concelhos de Tendais e S. Cristóvão em 1836. Neste processo, de avanços e recuos parece ter havido alguma aceitação, pouquís-

sima resistência, como se não adviesse qualquer consequência a nível de receitas ou encargos, porque as sessões camarárias, poucas, atêm-se, na maior parte dos casos, a quase se limitarem a questões eleitorais.

Contudo, as mutações não implicaram unicamente novas configurações administrativas. Por isso consideramos pertinente auscultar as consequências dessas mudanças, quer no funcionamento do quadro administrativo, tendo por base o Código Administrativo de 1842 e a sua aplicação no espaço, quer nas elites municipais e as sucessivas anexações, identificando e caracterizando esses indivíduos e analisando as alterações impostas pela legislação e pela nova configuração administrativa. Neste aspecto chegámos a algumas conclusões, que sucintamente se refere:

- relativamente ao quadro orgânico foi observável, aquando da anexação dos concelhos em 1855, um aumento considerável da periodicidade da realização das reuniões de vereação, sem ultrapassar a média de 2 reuniões por mês, ocorrendo meses em que não se realizou qualquer reunião, o que, comparando com outros espaços, parece mostrar sinais de alguma letargia municipal, como se nada mais interessasse, pelo menos nestes anos (excepção para a peste);

- relativamente à evolução e recrutamento da elite municipal, assistiu-se a permanência dos mesmos indivíduos desde 1845 a 1855, alternando-se entre as funções de presidente, vereador fiscal e vereador, notando-se uma presença constante dos mesmos nomes, como membros do conselho municipal para o mesmo período, nos cinco concelhos em estudo. Uma permanência que poderá apontar no sentido de uma elite municipal bem restrita e sem alternativa.

Aquando da primeira etapa de mutação no espaço administrativo do concelho de Cinfães, em 1836-1837, assistiu-se à prevalência de indivíduos do concelho Cinfães, verificando a prevalência do concelho que permaneceu, afinal, como “cabeça de concelho”, no entanto o concelho de S. Cristóvão demonstra números muitos próximos no que concerne à origem por mandato. Algo contrário verificou-se na segunda etapa pois, o maior número de indivíduos eleitos pertencia ao concelho extinto de Sanfins e não ao concelho que permaneceu como “cabeça de concelho”.

Na sua globalidade, ficou bem claro que a legislação de 1842, devido aos critérios impostos, fez diminuir a representatividade local, afunilando a base dos elegíveis. Verifica-se que, antes de 1842, uma percentagem aproximada de 25% da população masculina total podia votar, enquanto que, a partir de 1842, essa percentagem é reduzida para 12%. Comprova-se assim neste espaço a clara intenção da legislação em reduzir, restringir, reduzir a base censitária, pelo menos no referente aos elegíveis.

Orientadora: Prof^ª Doutora Maria Inês Ferreira de Amorim Brandão da Silva.

Provas Públicas: 12 de Novembro de 2010

Autor: Telma Marília Assunção Correia

Título: *A família Azevedo Aguiar Brandão e a Indústria do Papel (séculos XIX e XX)*
(Projecto de Estágio)

Palavras-chave: Arquivo, arquivo de família, indústria, papel.

Resumo:

Numa tentativa de reunir as fontes existentes sobre as fábricas de papel, centramo-nos no arquivo ainda existente da família Azevedo Aguiar Brandão, directamente ligada a essa actividade industrial, em ordem à criação de um núcleo de um Centro de Documentação virtual, que tivesse como finalidade responder às necessidades de pesquisa do investigador. A sua divulgação e consulta constituíam objectivos últimos da reconstituição desse espólio documental.

Tendo este projecto uma preocupação de preservação patrimonial, mas também de divulgação cultural, não podíamos deixar de prestar particular atenção à envolvência social da indústria do papel no âmbito cronológico definido.

Preocupados com a preservação e reactivação dessa memória social, uma outra etapa estava por cumprir, sendo um dos principais objectivos a atingir o da divulgação deste projecto, indo ao encontro das necessidades do utilizador e da vocação da instituição que o acolheu – O Museu do Papel, em Paços de Brandão.

Após uma abordagem teórica centrada nos conceitos e metodologias aplicáveis ao trabalho de arquivo em geral e dos arquivos de família em particular, procurou-se aplicar empiricamente os conhecimentos adquiridos no âmbito dos patrimónios documentais. Lembramos que nos propúnhamos criar um núcleo de centro de documentação virtual, estudando, organizando e classificando o acervo documental da família Aguiar Brandão, inicialmente, e posteriormente descrever essa documentação, seguindo as normas internacionais (ISAD-G), no intuito de responder às necessidades do investigador, interessado nesta temática em particular, ou na indústria do papel, num contexto mais abrangente.

Procedemos à digitalização da documentação, que carecia de um tratamento minucioso e cuidadoso, para que pudéssemos fazer chegar ao potencial utilizador a documentação nas melhores condições, atendendo aos procedimentos básicos de preservação/conservação preventiva de documentos, como a limpeza da documentação e o seu manuseamento, com o intuito de proteger e salvaguardar o estado de cada documento.

Seguiu-se a fotografia das marcas de água que constam na documentação, uma vez que é um elemento caracterizador e identificativo do papel, usando os meios técnicos apropriados, não degradando o documento original.

Cumpridas estas tarefas, dedicámo-nos ao estudo do contexto de produção da documentação, onde fizemos um estudo da Família tutelar do fundo documental, e da estrutura orgânico-funcional que sustentava a produção da documentação, a fim de interpretar o conteúdo intrínseco do documento. Assim, criamos, intelectualmente, as respectivas séries e suas divisões, numa tentativa de organizar de forma funcional e orgânica esse acervo documental.

Dedicámos um capítulo do projecto à história da família, como forma de contextualizar a produção da informação em análise. Considerámos necessário dar especial ênfase à sua história, uma vez que há uma relação muito estreita entre a Família Azevedo Aguiar Brandão e o desenvolvimento da indústria do papel na região do concelho de Santa Maria da Feira.

Este acervo documental não possuía qualquer estrutura ou lógica de organização tipológica ou classificativa, uma vez que encontrámos várias tipologias documentais misturadas. Houve a necessidade de criar uma estrutura lógica de organização própria do arquivo, seguindo critérios de organização e classificação arquivística.

Passamos à etapa seguinte: identificação global das tipologias documentais. A documentação integrava diferentes tipologias documentais, referentes a diversas temáticas. Seguidamente, elaboramos uma lista com as tipologias documentais do fundo deste arquivo de família. De seguida, procedemos à selecção da documentação de cariz industrial. Decidimos pela inserção de documentos que tratassem da gestão das fábricas de papel desta família.

O Museu do Papel está estabelecido no espaço de umas antigas fábricas de papel, no lugar de Rio Maior, em Paços de Brandão. Por isso, e para concebermos uma articulação entre o Museu do Papel, o espaço envolvente e os seus visitantes, decidiu-se incluir, nesta primeira fase, somente documentação de cariz industrial no nosso núcleo de centro de documentação.

Posteriormente, debruçámo-nos sobre a descrição arquivística, respeitando a Norma ISAD (G). Começamos por recolher os dados pertinentes ao preenchimento de uma ficha de recolha de dados, em que foram preenchidos os diferentes campos.

Depois, fizemos a atribuição de códigos de referência aos documentos, fazendo corresponder os novos códigos aos códigos provisórios.

Passamos à concepção de uma estrutura da descrição intelectual da informação, permitindo-nos associar a documentação por tipologias e funções, sendo proposto um quadro classificativo.

Seguidamente, preenchemos uma base de dados, que estará futuramente disponível e acessível aos investigadores e aos utilizadores comuns, a partir do espaço do Museu de Papel, servindo-se da plataforma *intranet*, usando um suporte de registo de dados acessível a todos, o *Excel* que, futuramente, poderia ser exportado para outra base de dados mais sofisticada.

Imediatamente, procedemos à reorganização virtual da documentação, organizando-a intelectualmente, segundo um quadro de classificação de natureza funcional e tipológica. De salientar, novamente, que este fundo documental original não se encontrava guardado no arquivo do Museu do Papel. Organizámos índices, fazendo a indexação de conteúdos seleccionados em ordem à produção de um índice e à apresentação de entradas de pesquisa informática da informação. Utilizámos uma linguagem controlada, tendo como base a descrição feita no campo relativo ao âmbito e conteúdo dos documentos. Assim, o utilizador poderia efectuar a sua pesquisa de forma livre ou controlada.

Posteriormente, passámos à transcrição da documentação seleccionada, ou seja, procederemos à transcrição de documentos tidos como pertinentes para a História do Papel, que ilustrassem cada um dos grupos de tipologias documentais identificadas. Optámos por transcrever uma pequena amostragem da documentação, mas diversificar a tipologia documental transcrita, tendo em conta o quadro de classificação da documentação.

Este projecto foi o início de um investimento, pessoal e profissional, numa área ainda em sedimentação, mas que, futuramente, estará difundida e que merecerá uma atenção mais peculiar. O trabalho contém, com certeza, algumas lacunas que, posteriormente serão trabalhadas, com o intuito de o aperfeiçoar. Tivemos consciência, no final do projecto, que este núcleo de centro de documentação virtual estaria melhor constituído caso possuíssemos documentação relativa a legislação, a alvarás régios, a concessões de privilégios a estas fábricas de papel, mas a documentação desse cariz achava-se, designadamente, no Arquivo Nacional da Torre do Tombo e no Arquivo Histórico da Câmara Municipal de Santa Maria da Feira.

De todo este processo extraímos, nós, um ensinamento prático: numa dinâmica de preservação patrimonial e de mediação cultural não pode haver fronteiras: a informação sobre as memórias colectivas das comunidades que servimos deve ser preservada, estudada e partilhada de uma forma activa, dinâmica e numa lógica de complementaridades que esbate já e deve diluir cada vez mais, no futuro, as fronteiras entre as diversas áreas do saber e as várias disciplinas que, conjuntamente, contribuam para um objectivo comum. Ciência da Informação, Museologia, História, Arqueologia, todas devem contribuir, numa lógica multi e interdisciplinar, para o conhecimento, a reconstituição, a preservação e a divulgação de um património e de uma memória que se reportam a vivências históricas que não conheceram, na prática, as fronteiras impostas pelas aproximações e, por vezes, pelas ferramentas que cada uma das disciplinas pretende manusear de forma especializada.

Orientadoras: Prof.^{ta}. Doutora Amélia Maria Polónia da Silva; Dr.^a Maria José Santos.

Provas Públicas: 11 de Dezembro de 2009.

Autor: Vânia de Jesus Dinis Maio

Título: *Arquivo da Casa dos Barros (1753-1955). “Reconstituição da Memória” (Projecto de Estágio)*

Palavras-chave: Arquivo, Arquivo de Família, Património, Casa e Família, Barros, Arquivo da Casa dos Barros.

Resumo:

O projecto de estágio desenvolvido recaiu sobre um arquivo de família – o arquivo da casa de Barros, que se encontra sob custódia do Arquivo Municipal de Vila Real.

O relatório de projecto e de estágio apresentado era constituído por 4 partes:

1. A abordagem de conceitos de património histórico, arquivo, casa e família.

2. A contextualização da produção da informação, de forma a inserir a documentação e análise no respectivo contexto de produção, tendo em conta os seus directos autores: os membros da Casa de Barros.
3. A descrição documental (a nível do documento), aplicando as normas internacionais de descrição arquivística (ISAD (G) e ISSAR (CPF), visando a elaboração de pontos de acesso à informação (catálogo, índices, tabelas de equivalência) e a criação de uma base de dados.

Por último, apontamos um leque de actividades passíveis de ser desenvolvidas em torno deste arquivo e da sua utilização cultural, de forma a expandir para a comunidade os resultados deste trabalho académico, desenvolvido em colaboração com a autarquia de Vila Real, através do seu arquivo.

Orientadora: Prof^a Doutora Amélia Maria Polónia da Silva.

Provas Públicas: 11 de Dezembro de 2009

Curso de Mestrado em História, Relações Internacionais e Cooperação

Autor: Ana Maria Ferreira Campos

Título: *O relacionamento Portugal – Galiza: das afinidades históricas e linguísticas à cooperação económica*

Palavras-chave: Gallaecia, Galego-Português, Nacionalismo Galego, Reintegracionismo, Cooperação Transfronteiriça.

Resumo:

Nesta dissertação é feita uma aproximação ao relacionamento entre Portugal e Galiza do ponto de vista das suas afinidades históricas, culturais e linguísticas e da cooperação económica. Estas duas nações partilham uma identidade histórica e cultural formada no seio da Gallaecia romana, criando um ponto comum na nacionalidade portuguesa e galega. Contudo, ambas acabam por conhecer um desenvolvimento histórico distinto. Mas um elemento fulcral manteve a união entre estas duas nações peninsulares: a língua. Apesar de o Galego e o Português terem conhecido uma diferente evolução histórica e uma diferente implantação social, ambos se apresentam muito próximos, devido à matriz comum, o Galego-Português. As semelhanças entre as duas línguas e o desejo de uma adopção das fórmulas mais próximas do idioma original têm gerado na Galiza um intenso debate relativamente à norma oficialmente adoptada, denominada isolacionista, que se distancia dessa matriz, mas acaba por adoptar fórmulas consideradas muito próximas do Castelhana. Em oposição, a norma reintegracionista procura uma maior aproximação ao Português, que se considera ser o âmbito original do Galego. Estas afinidades históricas, culturais e linguísticas entre a Galiza e Portugal interferem no discurso nacionalista galego, no qual a presença do nosso país é inequívoca. Todavia, é no domínio da cooperação transfronteiriça, impulsionada com a integração europeia, que o relacionamento entre Portugal e Galiza é actualmente mais evidente.

Ao longo de cinco capítulos, o objectivo é entender a interacção, os comportamentos e as potencialidades económicas, incorporando o relacionamento numa dimensão institucional, histórica, linguística e política. Procura-se perceber qual o papel de cada uma destas dimensões e se há um aproveitamento

estratégico destas compatibilidades no contexto da cooperação transfronteiriça, promovida no contexto da União Europeia.

O primeiro capítulo desta dissertação ocupa-se da contextualização histórica, revelando que Portugal e Galiza apresentam uma matriz identitária comum, formada no seio da Gallaecia romana, separando-se definitivamente, em 1143, com a independência de Portugal. Após esta separação, ambas as nações vão escrever uma História com características distintas. Ao longo de nove séculos, Portugal reforçou a sua identidade, lutando em diversas situações contra as ameaças à sua independência e contra o domínio castelhano. A Galiza, por sua vez, foi sendo gradualmente absorvida pela centralização do reino de Castela, que aspirou e fragilizou os seus traços identitários, muitas vezes através da repressão. A sua situação periférica e pequena dimensão tornou-a numa espécie de “apêndice” político no quadro peninsular.

No capítulo dois é feita uma apresentação do Galego – Português como língua histórica de um território histórico. Neste ponto pretende-se entender as diversas mutações que esta língua foi sofrendo, afastando-se do seu modelo original. Nesta parte é importante reflectir sobre a função social da língua. Em Portugal, o Português tem uma função política e social sendo a língua oficial do Estado, a língua literária, a língua falada pelo povo e pelas elites e a língua que levamos e impusemos a outros povos com os descobrimentos. Por seu turno, o Galego foi sendo alvo de constante repressão e uma certa descaracterização, devido à influência do castelhano, o que em boa parte se deveu à falta de uma elite galego-falante. Apesar de, a partir do século XIX, com o rexurdimento, se ter constatado uma tendência para reverter esta situação, nunca o galego deixou de ser associado à língua do povo. Um dos grandes problemas associado a esta questão é a co-oficialidade e a falta de consenso relativamente à norma a adoptar. A contenda entre reintegracionistas (que defendem uma aproximação ao Galego-Português) e isolacionistas (que defendem uma norma afastada tanto do Português como do Castelhana) acabou por tornar a língua ainda mais vulnerável, observando-se mesmo uma realidade dual, com os devidos efeitos negativos para o idioma em termos sociais.

O terceiro capítulo reflecte sobre problemática do nacionalismo na Galiza. Em primeiro lugar deve-se entender o seu processo de formação, o que implica a abordagem das suas versões, a provincialista e, sucedendo-lhe no tempo, a regionalista. Com a ajuda de uma elite intelectual com uma grande consciência da sua raiz identitária e da importância da expressão em Galego, a retórica nacionalista galega vai-se manifestar com maior evidência no início do século XX, altura em que surgem as primeiras aspirações autonómicas. Porém, a longa e repressiva ditadura franquista (1936-1977) vai resultar na interrupção deste processo, remetendo para o exílio ou para o silêncio os ideólogos do nacionalismo, pelo que é importante entender quais as repercussões deste acontecimento. Num segundo momento deste capítulo, procura-se compreender que a presença de Portugal como referente histórico é inevitável no nacionalismo galego em geral. Sustentada nesta ligação, mas de uma forma mais evidente, surge uma corrente reintegracionista, que proclama que a Galiza tem mais afinidades com a cultura portuguesa do que com a castelhana, defendendo uma reintegração cultural e linguística no seu âmbito originário e natural.

No quarto capítulo procura-se compreender porque razão a Galiza não está tão presente em Portugal, como acontece no inverso, e quais as razões de uma aparente apatia portuguesa, tanto da sociedade, como da classe política, perante esta ligação que os galegos têm com Portugal. Nota-se um profundo desconhecimento dos portugueses, em especial nas gerações mais novas, relativamente à nossa história, às nossas raízes culturais, bem como à nossa base linguística. Ao mesmo tempo, parece-se ignorar a Espanha, como uma nação plural, a sua organização política e a co-oficialidade no que respeita à língua. Não se entende que a Catalunha, o País Basco e a Galiza são nações históricas, com características e idiomas próprios. Para a maioria dos portugueses, parece existir uma Espanha una, não há uma distinção entre catalães, bascos, galegos e os restantes povos de Espanha, por exemplo. A tendência é para os denominar a todos apenas como espanhóis.

Finalmente, no capítulo cinco, partindo das questões anteriores, pretende-se entender o estado actual do relacionamento entre portugueses e galegos, com especial destaque para a dimensão eco-

nómica. O objectivo é estudar a interacção, os comportamentos e potencialidades económicas deste relacionamento, incorporando-o numa dimensão histórica, política e cultural. Aqui, pretende-se avaliar, também, se a criação da euro-região Galiza-Norte de Portugal pode representar um novo ponto de encontro entre estas duas nações. Na sequência desta situação é fulcral compreender o funcionamento das duas organizações de cooperação transfronteiriça – a Comunidade de Trabalho Galiza-Norte de Portugal e o Eixo Atlântico – avaliando o cumprimento dos objectivos inerentes ao funcionamento das euro-regiões, em especial no que respeita à dinamização de espaços periféricos e fronteiriços. Deste modo, impõe-se avaliar se à luz do projecto de cooperação impulsionado pela integração europeia, o Norte de Portugal e a Galiza conseguiram dar corpo ao espaço transfronteiriço, fazendo a sua devida articulação, bem como a capacidade de projecção deste espaço para o exterior.

Orientador: Prof. Doutor Manuel Vicente de Sousa Lima Loff.

Provas Públicas: 21 de Dezembro de 2009

Autor: Carla Angelina Mendes Rodrigues

Título: *O relacionamento externo bilateral entre Portugal e a Venezuela, entre 2005 e 2009. Sinceridade ou Oportunidade?*

Palavras-chave: Venezuela, Hugo Chávez, Portugal, diplomacia, negócios.

Resumo:

O tema que serviu de início à dissertação de Mestrado teve por base as relações bilaterais entre Portugal e a Venezuela, nos anos compreendidos entre 2005 e 2009. O objectivo era perceber se esta tendência era ocasional ou permanente, sendo que à partida se notava que era uma relação totalmente nova em intensidade. O problema que serviu de base à investigação foi o seguinte – Que objectivos norteiam o fortalecimento das relações bilaterais entre Portugal e a Venezuela? – elenquei algumas questões:

- Estará o Governo português a assumir-se como porta-voz de Hugo Chávez junto da União Europeia?

- Terá a comunidade portuguesa influenciado o novo impulso que se percebe nas relações económicas?

- Que terá a Venezuela a ganhar em termos económicos com o fortalecimento das relações bilaterais?

- Haverá uma aproximação ideológica entre os dois governos ou trata-se apenas de uma questão de diplomacia económica, onde ambos têm a ganhar?

A política e a economia mundial apresentaram mudanças substanciais nas últimas décadas e houve, por parte dos Estados, uma necessidade de fomentar e defender os interesses estratégicos dos países, nomeadamente em termos políticos e económicos. A globalização trouxe a internacionalização das empresas e as mesmas passaram a ser tidas em conta, modificando a forma de actuação do Estado e das próprias empresas. Os interesses estratégicos dos Estados passam a ter uma forte componente económica e a diplomacia económica passa a ser dominante. É incontornável que a política externa dos países hoje é mais pautada pelos interesses económicos dos Estados e das empresas do que com as possíveis aproximações ideológicas. Cada vez mais é necessário projectar as empresas nacionais em cenários internacionais, uma vez que isso traz mais-valias políticas aos Estados, ainda que os Estados envolvidos apresentem questões relevantes ao nível dos direitos humanos ou de liberdades e garantias.

Quando se estuda diplomacia económica, por ser uma preocupação mais recente dos Estados, estamos em muitos casos a falar de contemporaneidade. A investigação que produzi, por ter uma janela temporal muito recente está, obviamente, no campo da História do tempo presente, com as vantagens e desvantagens inerentes; por um lado, os actores são capazes de facultar informação primária, por outro, muita da pesquisa bibliográfica fica deficitária.

Dada a actualidade do tema, foi necessário produzir algumas fontes de informação, sob a forma de entrevista oral, uma vez que, considerando que se trata de uma investigação em História do Tempo

Presente, a bibliografia se revelou insuficiente, razão pela qual, elenquei organismos, entidades, pessoas que considereí peças-chave na investigação e dividi-as por áreas, apresentando apenas as que me facultaram informação, entrevista ou documentos:

- Política – Secretaria de Estado do Comércio, Serviços e Defesa do Consumidor, tendo obtido desta entidade o Acordo firmado em 2008 e Consulado-Geral de Portugal na Venezuela, através da Cônsul-Geral Isabel Brilhante Pedrosa e do Conselheiro Económico da Agência para o Investimento e Comércio Externo Português, Carlos Sousa, obtendo informações oficiais; Representantes Parlamentares da Segunda Comissão Parlamentar de Negócios Estrangeiros e Comunidades Portuguesas – Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda (BE), Deputado Fernando Rosas; Grupo Parlamentar do Partido Social Democrata (PSD), Deputado José Cesário; Grupo Parlamentar do Partido Comunista Português (PCP), Deputado Jorge Machado; Eurodeputado Silva Peneda, tendo registado entrevistas a todos eles; foi entrevistado, sob a forma de resposta escrita a um questionário, o Embaixador da Venezuela em Portugal, General-em-Chefe Lucas Rincón Romero, de forma a possuir uma opinião da parte venezuelana.

- Institucional – Agência para o Investimento e Comércio Externo Português, tendo recolhido informação institucional; Casa do Azeite, tendo obtido dados estatísticos de exportação; Universidade Autónoma de Lisboa – Dra. Nancy Gómez, tendo abordado informações bibliográficas; Direcção-Geral dos Assuntos Consulares e Comunidades Portuguesas – Dr. Nuno Sebastião –, obtendo dados oficiais de portugueses na Venezuela;

- Empresarial – Edifer; Efaced; Galp Energia; Grupo Lena; Teixeira Duarte, recolhendo entrevistas com dados relevantes das empresas que estão presentes no mercado venezuelano.

As entrevistas que solicitei e que não se realizaram não comprometeram a investigação, apenas a deixaram mais pobre. Em termos de espectro político, não ouvi a opinião do PS e do CDS-PP, mas entendo não haver espaço para parcialidade, uma vez que tentei analisar os dados que possuía dos diferentes quadrantes.

Todas as entrevistas que produzi foram de extrema importância para a realização da investigação, orientaram-me no estudo, alterando algumas das ideias pré-concebidas que tinha inicialmente. Em termos bibliográficos, tive necessidade de recorrer a livros solicitados à Venezuela e aos Estados Unidos, uma vez que os que existiam em Portugal versavam a biografia de Simón Bolívar, que não cabia na investigação em curso. Pesquisei três jornais portugueses, Público, Jornal de Notícias e Expresso, escolhidos para entender a forma como a comunicação social tratava os Acordos; na verdade, muita da avaliação que é feita dos Acordos passa pelo que a imprensa e a televisão dizem deles e isso influencia a forma como a população em geral os entende. O caminho de investigação aqui foi entender se existia imparcialidade na informação produzida e se ia ou não de encontro ao que as entrevistas com políticos e empresas pensavam acerca do momento vivido em termos de comércio externo.

Para a pesquisa de dados foram usadas fontes, recolhidas através das suas páginas oficiais na Internet, como o Fundo Monetário Internacional (FMI), o Banco Mundial (BM), o Instituto Nacional de Estatística (INE) português e venezuelano, a Agência para o Investimento e Comércio Externo de Portugal (AICEP), o Ministério da Economia e Inovação (MEI), o Banco de Portugal (BP) e até mesmo a Central Intelligence Agency (CIA).

A minha aproximação ao problema estava inicialmente impregnada das opiniões dominantes na comunidade de emigrantes, desconhecendo a realidade complexa do país e tendo inúmeras reservas acerca da governação de Hugo Chávez. Com o desenrolar do processo e com a troca de impressões com alguns dos meus entrevistados, percebi que nem tudo era o que me parecia e em alguns casos, eu estava muito distante da realidade.

O estudo do Acordo complementar ao Acordo de cooperação entre a República Portuguesa e a República da Venezuela, em matéria de cooperação económica, energética e de turismo entre a República Portuguesa e a República Bolivariana da Venezuela foi primordial. Por ser um acordo inédito e pioneiro, uma espécie de “petróleo por alimentos” ou “petróleo por casas”, não tem ponto de comparação com os anteriores. É possível designá-lo como excepcional, na medida em que Portugal

nunca tinha assinado qualquer acordo desta envergadura, que configurasse um impulso económico, como o que se espera. É expectável que se equilibre a balança comercial, que é bastante deficitária para Portugal; a dependência energética é uma realidade e pode ser combatida da forma como foi pensada: compramos petróleo que é pago a preços acessíveis e lançamos as nossas empresas num mercado em expansão, impulsionando as exportações. Neste sentido, a Venezuela tem a ganhar com o acordo: através da venda do seu maior tesouro, aplica e desenvolve as missões que criou para dar resposta a problemas que têm décadas; as missões são entidades de política social que desenvolvem o seu trabalho junto da população mais necessitada, auxiliando na resolução de problemas relacionados com a alimentação, a saúde, a educação, a habitação e a alimentação.

O grande entrave à implementação do acordo é o facto de as exportações portuguesas dependerem do preço do barril do petróleo, uma vez que ele é o motor da economia venezuelana. Quando aquele foi assinado, o barril estava altamente cotado no mercado, sendo que muitos dos projectos não têm tido seguimento pelo valor oscilante do petróleo, não comprometendo os acordos, mas atrasando-os. Para que a Venezuela possa dar seguimento aos projectos acordados e as empresas portuguesas laborem no mercado venezuelano, tem de haver dinheiro para os pagar. É expectável que a curto prazo os acordos sejam postos em prática e que as empresas portuguesas se implantem no mercado venezuelano, incrementando as exportações.

Entendi, antes de começar a investigação, que o Governo Português poderia estar a assumir-se como porta-voz de Hugo Chávez junto da UE, até porque, desde o golpe de Estado que foi tentado contra Chávez em 2002, a relação com Espanha se tinha deteriorado. No entanto, ainda que José Sócrates possa ter tido essa pretensão, esse papel cabe, por relação histórica, à Espanha e, em circunstâncias normais, é a antiga potência colonial que a desempenha.

No incremento das relações bilaterais há um papel que é preponderante: o da comunidade portuguesa. Há uma boa imagem dos portugueses no país, são importantes na geração de riqueza, ainda que sejam críticos em relação a Hugo Chávez, pois a maioria dos portugueses na Venezuela faz parte de uma classe média ou alta, que adere muito pouco ao projecto da Revolução Bolivariana. No entanto, tudo se resume a uma questão de diplomacia económica. Na investigação, entendi que a comunicação social tem tendência a fazer uma colagem ideológica no que diz respeito aos acordos; entende-os como vantagens económicas, mas insinua que os mesmos acontecem porque os governos têm proximidade ideológica. É recorrente associarem os líderes dos dois Estados em algumas situações.

Esta questão de uma pretensa proximidade ideológica nunca é abordada por nenhum dos opositores políticos do Primeiro-Ministro que entrevistei. Não consideram esse facto relevante, preferindo ressaltar o carácter abrangente e alargado dos acordos. O BE e o PCP congratulam-se com a não-ingerência e com a inexistência de juízos ao Governo de Hugo Chávez; o PSD entende as relações como mera diplomacia económica, rejeitando a retórica ideológica. Todos entendem que é bom para o país este tipo de acordos, mesmo quando é necessário abdicar de alguns conceitos básicos. Este facto parece-me curioso, na medida em que parece haver uma ruptura com o tradicionalismo português nas relações internacionais. Por norma, as relações eram feitas com países ocidentais que partilhavam o mesmo espírito e a mesma forma de governar. Assiste-se, de há uns anos a esta parte, uma forte aposta no desenvolvimento ou no retomar de relações com alguns países onde os direitos, liberdades e garantias dos cidadãos não são devidamente observados.

No entanto, como conclusão do estudo, é importante salientar que estamos a assistir a um pragmatismo ideológico em nome da uma prioridade económica, uma vez que é necessário incentivar e projectar economicamente o país e o seu tecido produtivo, pondo, por vezes, de lado questões de discordância ideológica ou governativa. É com isto que as empresas portuguesas têm a ganhar: diversificar mercados e intensificar as áreas de negócio.

Orientador: Professor Doutor Manuel Vicente de Sousa Lima Loff.

Provas Públicas: 21 de Dezembro de 2009

Autor: Maria João Camelo de Barros

Título: *Cooperação Descentralizada: um campo de acção determinante nas Relações Internacionais (Projecto de Estágio)*

Palavras-chave: Cooperação, Câmara Municipal, Relações Internacionais.

Resumo:

Como forma de concluir o Mestrado em História, Relações Internacionais e Cooperação, ministrado pela Faculdade de Letras da Universidade do Porto, realizei um estágio profissionalizante na Divisão das Relações Internacionais e Cooperação Económica (DRICE) da Câmara Municipal da Maia, durante o período de 3 de Novembro de 2008 a 30 de Abril de 2009.

Durante esse estágio participei activamente em actividades de fomento e gestão de Acordos de Geminação e de Protocolos de Cooperação (como o caso da celebração de um Protocolo de Geminação com a Câmara Distrital de Água Grande, São Tomé e Príncipe, e de um Protocolo de Colaboração com o Centro de Estudos Africanos da Universidade do Porto), na preparação e execução de projectos de Cooperação Económica (especificamente, a organização do Colóquio “Vias para a Internacionalização e Investimento e Cooperação em São Tomé e Príncipe”) e de Cooperação para o Desenvolvimento (doação de ambulâncias à Câmara Distrital de Água Grande, São Tomé e Príncipe, e início de um projecto no âmbito da formação que envolve 29 jovens dessa região) e na organização de eventos culturais de carácter internacional (World Press Photo 2008 e Oitavo Prémio de Fotografia Visão/BES).

Adicionalmente, esta experiência deu-me a oportunidade de trabalhar directamente com uma entidade e uma unidade orgânica que se dedicam à cooperação, pelo que enriqueci as minhas noções teórico-práticas acerca deste tema.

Assim, este trabalho consiste no relatório do estágio por mim realizado e está sub-dividido em duas partes distintas: a primeira secção consiste numa exposição mais prática do estágio profissionalizante; a segunda secção apresenta uma discussão e contextualização teórica e metodológica sobre cooperação, e mais especificamente, sobre cooperação descentralizada, para permitir uma breve avaliação da pertinência da acção da Câmara Municipal da Maia nessa área.

Em termos práticos, este estágio permitiu-me desenvolver as minhas aptidões técnicas, científicas e humanas e espero, muito sinceramente, que o trabalho por mim desenvolvido tenha sido tão proveitoso para a DRICE, para a Câmara Municipal da Maia e para os residentes no Concelho, como o foi para mim.

Em termos teóricos/científicos, este estágio permitiu-me tomar consciência do longo caminho que ainda temos de percorrer na área da cooperação e perceber que a Câmara Municipal da Maia, apesar de ainda se encontrar a dar os primeiros passos nesta área, pode ter um importante papel a desempenhar no futuro, no âmbito da Cooperação Portuguesa.

Orientador: Prof. Doutor Manuel Vicente de Sousa Lima Loff.

Provas Públicas: 30 de Novembro de 2009.

Autor: Orlando do Rosário Sebastião

Título: *“Massacre de Wiriyamu e a opinião pública Portuguesa: Negacionismo, Revisionismo ou Empirismo (1972-2009)”*

Palavras-chave: Moçambique, Massacre de Wiriyamu, comunicação social

Resumo:

OBJECTO DE ESTUDO: O objecto de estudo da dissertação que se resume são as diferentes visões da actual opinião pública portuguesa (na realidade, alguns sectores desta) sobre o massacre de Wiriyamu ocorrido no dia 16 de Dezembro de 1972, na província de Tete, em Moçambique. Contudo,

importa ressaltar que somente no dia 14 de Julho de 1973, o padre Hastings denunciou o massacre ao mundo nas colunas do *The Times* nas vésperas da visita Marcelo Caetano à Londres.

Portanto, o massacre de Wiriyamu foi um episódio bastante marcante para os povos moçambicano e português, e exaltou ressentimentos e culpas. Debater este massacre é regressar a um passado colonial presidido por um sistema colonial português baseado na violência sobre as populações africanas preestabelecidas em Angola, Guiné-Bissau, Moçambique, etc. Tal violência manifestou-se pela imposição de um quotidiano estrutural e fisicamente violento, para além das próprias guerra colonial que teve como palco três colónias portuguesas, a guerra química e os massacres de populações civis (ex.: Wiriyamu, o objecto de estudo da dissertação levada a cabo). Nesse âmbito, a responsabilização pelo massacre permanece um impasse passível de solução judicial, política e moral por parte do povo moçambicano.

Contudo, mesmo diante da imprescritibilidade dos crimes de guerra do género do de Wiriyamu, parece que os governos português e moçambicano optaram pelo esquecimento. Mas, quem vive em Moçambique ou em Portugal, e é africano ou português, experimenta quotidianamente os ventos do passado colonial soprarem tanto em discussões amigáveis quanto em casos mais graves de racismo, etc. Por isso, o debate da questão reveste-se de importância no alerta a necessidade de um maior debate sobre o assunto entre ambos povos ou até mesmo um pedido de desculpas público dos portugueses aos moçambicanos, por via do seu governo, pelo que aconteceu, para que não se fique “sempre a olhar para o passado” (Lopes, 2008). Logo, motivado pelos factores expostos, avancei para a investigação pretendendo saber qual a visão portuguesa sobre o massacre de Wiriyamu, através da recolha, leitura e análise de documentação, imagens e reportagens relevantes publicamente divulgadas em Portugal sobre o massacre.

QUADRO TEÓRICO-METODOLÓGICO – FONTES: Quanto à metodologia utilizada para materializar a referida dissertação de Mestrado, esta baseou-se, crucialmente, na leitura e análise de toda documentação relevante encontrada divulgada em Portugal sobre o massacre de Wiriyamu, incluindo obras e informação encontradas na internet (vídeo/filme e documentários, e jornais digitais). Além disso, a leitura generalizada de todo material encontrado na internet, objectivou descortinar a visão do que se publica nesse mundo virtual.

Após a leitura das fontes, prosseguiu o processo do seu exame à luz de diversos critérios de análise (tipo de autor e período cronológico) e categorias teóricas como o negacionismo, o revisionismo histórico e o empirismo. Em primeiro lugar, empreendeu-se a categorização dos autores, criando-se, assim, alguns grupos representativos de sectores da opinião pública portuguesa. Em vista disso, definiram-se os seguintes grupos de opinião: as opiniões politicamente comprometidas (OPC), os historiadores, os militares e os jornalistas.

Em segundo lugar, apoiado no critério de análise cronológico, dividiu-se o período 1972-2009 em décadas (70, 80, 90 do séc. XX, e a primeira década do séc.XXI) com o fim de analisar e compreender a evolução das visões das perspectivas grupais de opinião portuguesas sobre o massacre de Wiriyamu ao longo desse período.

Em terceiro lugar, formados os grupos de opinião que seguidamente foram inseridos nas diversas décadas em que lançaram as suas obras sobre o massacre, seguiu-se a análise dos referidos livros, artigos jornalísticos e materiais filmológicos e videográficos à luz das perspectivas teóricas negacionista (N), revisionista (R) e empirista (E), fundamentais para a sistematização das referidas análises. Estas perspectivas foram condiccionadas na fórmula analítica NRE [x – (N) – Nr–Rn – (R) – Re–Er – (E) – X]. A interpretação da fórmula é simples: os signos linguísticos N, R e E, correspondem respectivamente ao negacionismo (N), revisionismo (R) e empirismo (E). As outras combinações de signos representam os pontos intermédios (convergência entre as diferentes perspectivas teóricas). Nesse sentido, Nr significa um negacionismo de cariz revisionista [negacionismo menos radical comparativamente ao negacionismo (N) propriamente dito]. Assim, sucede com os restantes signos, sendo o revisionismo negacionista (Rn) mais duro que o revisionismo (R) e até mesmo o que revisionismo empírico (Re). Portanto, sempre que o negacionismo (N) avança para a direita (em direcção aos campos revisionista (R) e empirista (E) a sua radicalidade vai gradualmente diminuindo. Relativamente ao signo X (neutro), este representa

o espaço vazio entre o N e o E, pois, na fórmula, assume-se impraticável a convergência entre o N e o E [impossibilidade de um negacionista empírico (Ne) defender igualmente uma visão empirista negacionista (En)]. Assim, o signo X representam os autores que não negam e nem aceitam o massacre.

Ora, a investigação empreendida também enfrentou dificuldades. Entre tantas, o árduo acesso às obras que frequentemente se encontraram em diversas regiões de Portugal, implicando a minha deslocação para as mesmas, nomeadamente, Lisboa (Biblioteca Nacional de Portugal) e Porto (Biblioteca Municipal Almeida Garrett, Biblioteca Pública Municipal do Porto, Associação 25 de Abril, e a Biblioteca da Faculdade de Letras da Universidade do Porto) foi a principal.

Quanto às limitações concernentes às fontes consultadas a maior foi a impossibilidade de recolha e análise, por imperativos de tempo, de toda a imprensa escrita sobre Wiriyamu dos últimos 37 anos presente em Portugal. O cumprimento deste intento teria sido extremamente enriquecedor sem, contudo, colocar em causa a validade e valiosidade das fontes primárias consultadas.

PRINCIPAIS RESULTADOS: Em vista do exposto e em concordância com os objectivos traçados, as conclusões principais da pesquisa aqui resumida apresentam-se seguidamente:

- O sistema ditatorial e colonial salazarista- marcelista português baseou-se fundamentalmente na violência estrutural e física contra as populações civis negras e brancas, mas com maior incidência e gravidade sobre as primeiras.
- Na identificação e apresentação dos aspectos maioritariamente assumidos pelas diversas versões sobre os vários episódios que compõem o massacre de Wiriyamu, concluiu-se que permanecem como os aspectos maioritariamente assumidos pelas diferentes obras publicamente divulgadas em Portugal, os vários episódios constantes no Capítulo II (antecedentes; bombardeamento e cerco; Cerco, morte de fugitivos, reunião do povo e massacre; fuga para o hospital de Tete; Eliminação de provas; e Denúncia e consequência).
- Actualmente, a opinião pública portuguesa é essencialmente empirista (E) em relação ao massacre de Wiriyamu. Na década de 70 a opinião dominante era a negacionista radical (N), por a acção da censura e as várias imposições do sistema colonial marcelista contribuírem para a eliminação de obras (livros, artigos, etc.) que apresentassem visões revisionistas (R) e Empiristas (E). Somente nos finais da década, a eliminação da censura prévia e a valorização das liberdades democráticas (liberdade de expressão, imprensa, cultural, religiosa, etc) começaram a modificar o cenário. Nos anos 80, das poucas obras publicadas (somente três), a visão dominante foi a negacionista (N), contrariando a tendência generalizada de democratização da sociedade portuguesa (democratização de vários sectores da sociedade, eliminação do legado do passado, tendência anti-ditatorial, afastamento dos militares da cena política, integração de Portugal na Comunidade Europeia, sucessivas revisões constitucionais, etc.). Finalmente, os anos 90 e 2000 (primeira década) testemunhou-se o melhoramento relacional dos vários sectores de opinião pública com o passado colonial. Assim, a forte consolidação democrática, a grande crítica da maioria da população ao passado marcelista-salazarista (assunção do colonialismo como inaceitável), a renovação natural da população portuguesa (desaparecimento dos retornados – auto-vitimização), aceitação da guerra colonial como forma inaceitável de impedir a autodeterminação, etc.
- Nesse contexto, o conhecimento por parte dos públicos moçambicano e português da actual visão portuguesa sobre Wiriyamu é de grande utilidade na reflexão sobre o valor do pedido de desculpas, ou no mínimo o reconhecimento público dos vários wiriyamus do período colonial, para que se passe a olhar para o futuro com ânimo e numa amizade sincera entre os dois povos e estados. Nesse sentido, um dos prováveis benefícios que pode daqui retirar-se é que Portugal não passará uma imagem, a Moçambique e aos moçambicanos, de não reconhecimento do massacre, supondo assim que pretende reabilitar moralmente o colonialismo e reeditar o passado anterior aos acordos de Lusaka (o sentimento de superioridade dos portugueses sobre os moçambicanos).
- Finalmente, o debate à volta de Wiriyamu revela, por um lado, um sentimento de sentimento de superioridade de alguns portugueses que, ao negarem o massacre de Wiriyamu, supostamente assumem exactamente a postura colonial (cometimento dos vários wiriyamus; consideração dos

negros como inferiores (Kaulzismo) e merecedores de maus-tratos). Por outro lado, Wiryamu e os wiriyamus revelaram a existência de grupos de moçambicanos que, imbuídos de raiva pelo ocorrido, evitam o aprofundamento de relações com os portugueses. Neste contexto, chama-se atenção dos dois governos para o desenvolvimento de esforços visando eliminar aspectos negativos que possam afectar, sobremaneira, as relações internacionais luso-moçambicanas almejando uma relação baseada no respeito da igualdade soberana e dos Acordos de Lusaka.

Orientadores: Prof. Doutor Manuel Vicente de Sousa Lima Loff.

Provas Públicas: 28 de Outubro de 2009.